

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – (CCH)
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA – (EB)

ESTHER DE SÁ BENTO

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM
BIBLIOTECONOMIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA NAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO : SOB A PERCEPÇÃO DE
DISCENTES E DOCENTES**

RIO DE JANEIRO

2018

ESTHER DE SÁ BENTO

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM
BIBLIOTECONOMIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA NAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: SOB A PERCEPÇÃO DE
DISCENTES E DOCENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^ª. Ma. Dayanne da Silva
Prudencio.

RIO DE JANEIRO

2018

B79i

Bento, Esther de Sá

Institucionalização do curso de bacharelado em biblioteconomia na modalidade a distância nas universidades federais do estado do Rio de Janeiro: sob a percepção de discentes e docentes / Esther de Sá Bento. – 2018.

81 f. ; il. col.

Orientadora: Dayanne da Silva Prudencio.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Referências: f. 69-75.

Inclui apêndice.

1. Educação a distância 2. Biblioteconomia – Estudo e ensino. I. Prudencio, Dayanne da Silva, orient. II. Título.

ESTHER DE SÁ BENTO

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM
BIBLIOTECONOMIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA NAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: SOB A PERCEPÇÃO DE
DISCENTES E DOCENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: ____ de _____ de 2018.

Banca Examinadora

Prof^a. Ma. Dayanne da Silva Prudencio (orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – (UNIRIO)

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – (UNIRIO)

Prof^a. Ma. Marília Alves do Amaral
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – (UNIRIO)

Dedico este trabalho à minha mãe e ao meu pai (in memoriam) que sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus. Sem Ele, eu não teria chegado até aqui.

Depois agradeço a minha família, especialmente, minha mãe e o meu irmão. Obrigada por todo apoio, compreensão e por acreditarem nos meus sonhos. Esta vitória também é de vocês.

Também agradeço ao meu grupo de amigas, pela amizade que construímos. Carolina, Jéssica e Isadora, chegamos ao fim, parabéns para todas nós.

Agradeço também à professora Dayanne, minha orientadora, por ter me guiado na construção desta pesquisa. Obrigada por todo apoio e compreensão, palavras nunca serão suficientes para agradecer tudo o que fez por mim. O caminho não foi fácil, mas alcançamos o nosso objetivo e aqui está o trabalho.

E por último, mas não menos importante, à todos que me ajudaram, involuntariamente ou voluntariamente, meu mais sincero obrigada.

*“Dificuldades preparam pessoas comuns para
destinos extraordinários.”*

(C. S. Lewis).

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa documental, de natureza exploratória e de campo, com o objetivo de investigar as percepções e expectativas dos discentes e docentes dos cursos presenciais de Biblioteconomia, acerca da institucionalização do curso de bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância, bem como da utilização de recursos típicos do ensino a distância na graduação presencial. Para alcançar o objetivo proposto foi realizada uma coleta de dados a partir da aplicação do questionário aos discentes e docentes nos cursos presenciais de bacharelado de biblioteconomia de três universidades federais do estado do Rio de Janeiro, a saber: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Os resultados obtidos apontam que ambos os grupos são favoráveis à oferta do curso de bacharelado na modalidade EAD e acreditam que o curso trará benefícios ao país. Conclui-se que embora os grupos pesquisados sejam favoráveis à institucionalização do curso, se mostram preocupados com os avanços do EAD no Brasil e que ainda existem desafios para a plena aceitação da EAD e a utilização de seus aportes na graduação presencial.

Palavras-chave: Educação a Distância. Biblioteconomia. Biblioteconomia a Distância.

ABSTRACT

It is a documentary research, exploratory and field, with the objective of investigating the perceptions and expectations of the students and teachers of the classroom-based library science courses, about the institutionalization of the baccalaureate course in Library Science in the distance modality, as well the use of typical teaching resources for distance learning. In order to reach the proposed objective, a data collection was carried out from the application of the questionnaire to the students and professors in the classroom-based courses of baccalaureate of Library Science of three federal universities of the state of Rio de Janeiro, named: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) and Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). The results show that both groups are favorable to the offer of the baccalaureate course in the distance modality and believe that the course will bring benefits to the country. It concludes that although the groups studied are favorable to the institutionalization of the course, they are worried about the advances of the Distance Education in Brazil and that there are still challenges for the full acceptance of the Distance Education and the use of its contributions in the classroom-based graduation.

Keywords: Distance Education. Library Science. Distance Library Science.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1:	Número de docentes X Quantidade de e-mails recuperados e enviados.....	24
Quadro 2:	Instituições que ofertam o curso de biblioteconomia.....	38
Quadro 3:	Instituições com curso de biblioteconomia na modalidade a distância....	41
Quadro 4:	Distribuição dos polos por estados.....	41
Gráfico 1:	Turno dos alunos.....	50
Gráfico 2:	Tempo de deslocamento dos alunos.....	51
Gráfico 3:	Frequência do acesso à internet.....	51
Gráfico 4:	Conhecimento de informática.....	52
Gráfico 5:	Ambientes virtuais mais conhecidos.....	52
Gráfico 6:	Recursos midiáticos mais utilizados na graduação.....	54
Gráfico 7:	Escolheria o curso a distância.....	56
Gráfico 8:	Justificativa para cursar biblioteconomia a distância.....	57
Gráfico 9:	Benefícios do BibEAD.....	58
Gráfico10:	Cursos de capacitação a distância no campo de biblioteconomia.....	59
Gráfico 11:	Treinamento para atuar em cursos a distância.....	60
Gráfico 12:	Oferta de 20% da disciplina a distância.....	62
Gráfico 13	Atuação dos docentes no curso de biblioteconomia a distância.....	63
Gráfico 14	Fatores críticos para o sucesso do BibEAD.....	64
Gráfico 15	Benefícios do BibEAD.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Análise das características dos cursos EAD.....	46
Tabela 2:	Análise do estágio supervisionado.....	47
Tabela 3:	Cursos livres já realizados pelos estudantes modalidade EAD.....	53
Tabela 4:	Nível de satisfação dos alunos com o curso de biblioteconomia presencial.....	54
Tabela 5:	Disciplinas que podem ser ofertadas através de um ambiente virtual de aprendizagem.....	55
Tabela 6:	Nível de concordância dos alunos com a institucionalização do BibEAD.....	56
Tabela 7:	Outras justificativas para cursar biblioteconomia a distância.....	57
Tabela 8:	Nível de concordância com os benefícios da mediação tecnológica nas aulas.....	59
Tabela 9:	Disciplinas ministradas pelos respondentes.....	60
Tabela 10:	Nível de concordância dos docentes com a institucionalização do BibEAD.....	62
Tabela 11:	Motivos para não concordância com a institucionalização do BibEAD.....	62

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEBD	Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BibEAD	Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade de Educação a Distância
BRASILEAD	Consórcio Brasileiro de Educação a distância
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDERJ	Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEUCLAR	Centro Universitário Claretiano
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DEAP	Departamento de Ensino a Distância
EAD	Ensino a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAJ	Centro Universitário de Jaguarúna
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES	Instituição Pública de Ensino Superior
LBD	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NTIC	Novas Tecnologias da Informação e Comunicação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIASSELVI	Centro universitário Leonardo da Vinci
UNIREDE	Universidade Virtual Pública do Brasil
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNIVERSO Universidade Salgado de Oliveira

UNOCHAPECÓ Universidade Comunitária da Região de Chapecó

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	OBJETIVOS.....	20
1.2	JUSTIFICATIVA.....	20
2	METODOLOGIA.....	22
2.1	POPULUÇÃO E AMOSTRA.....	22
2.2	DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA A COLETA DE DADOS.....	23
2.3	DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE DADOS	25
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	26
3.1	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	26
3.2	EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR.....	30
3.3	CURSO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL.....	36
3.4	PROJETO PEDAGÓGICO NACIONAL DO CURSO DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA A DISTÂNCIA.....	42
4	ASPECTOS COMUNS E DISSONANTES ENTRE O PROJETO BibEAD E OS ATUAIS CURSOS DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA EAD OFERECIDOS POR INSTITUIÇÕES.....	45
4.1	UNIVERSIDADES QUE ATUAM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	45
4.2	CURSOS EAD EM BIBLIOTECONOMIA PRESENTES NO ESTADO DO RJ X CURSO BibEAD.....	46
5	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	50
5.1	RESPOSTAS DOS DICENTES.....	50
5.2	RESPOSTAS DOS DOCENTES.....	58
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
	REFERÊNCIAS.....	69
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS.....	76
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES	79

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui relatada tem como tema o projeto de desenvolvimento do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade de educação a distância, a partir daqui denominado BibEAD.

O curso BibEAD é um curso do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com Projeto Pedagógico de Curso nacional de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância e representa uma relevante parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) (BRASIL, 2017). Especificamente nos interessa investigar as expectativas e percepções dos docentes e discentes dos cursos presenciais de Bacharelado em Biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro, acerca do uso do ensino a distância (EAD) nos cursos de Biblioteconomia, bem como, a expectativa dos discentes e docentes com a futura implementação do curso da UAB nas instituições públicas de ensino superior (IPES).

A sociedade contemporânea vem enfrentando no dia a dia mudanças impostas pela evolução tecnológica, sobretudo pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC). Essas mudanças afetam diretamente o modo como as pessoas se relacionam, trabalham, divertem-se, estudam, aprendem e transmitem conhecimento. Neste sentido, os atores, instituições e campos afetados não podem ficar alheios a esta reconfiguração social, econômica e política. Especificamente, com a educação superior, considerada um importante componente do sistema educativo, não é diferente. Frente às alterações provocadas pela influência da TIC nos modelos de aprendizagem, ambientes de ensino, prática pedagógica e metodologia de ensino adotadas, o campo precisou e continua precisando repensar seus modos de prover formação.

Como produto desta influência emerge-se a EAD, definida por Moran (2002, p. 1), como “O processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente”. O mesmo autor (2002) acrescenta que este processo pode ser feito nos mesmos níveis que o ensino regular, ou seja, fundamental, médio e superior.

Numa perspectiva geral, a EAD pode ser compreendida como uma estratégia desenvolvida por sistemas educativos para oferecer educação a setores ou grupos da população que, por razões diversas, têm dificuldade de acesso a serviços educativos regulares. Entre essas razões, destacam-se situações geográficas ou sociais, falta de oferta de determinados níveis de ensino ou cursos, na região onde residem ou, ainda, as condições familiares, profissionais ou econômicas que, de um modo ou de outro, impedem o acesso e/ou a permanência no processo educativo (ALVES, 2011).

No Brasil, a EAD é legitimada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Especificamente é tratada no artigo 80 do normativo, que traz definições e apontamentos a respeito do desenvolvimento e da veiculação de programas de ensino a distância, bem como, fornece diretrizes sobre a regulamentação, os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância, as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e condições para autorização e implementação. Outro importante normativo é a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, do Ministério da Educação (MEC) que irá permitir que, as instituições ofereçam 20% dos cursos a distância (LEMGRUBER, 2008).

A educação a distância como modalidade educacional alternativa aos padrões educacionais vigentes dá seus primeiros passos no processo de construção de saberes a partir de troca de conteúdos via serviços de postagem; era a época dos chamados “Cursos por Correspondência”, onde os alunos apreendiam a teoria e prática e recebiam pelo mesmo serviço de postagem respostas e indagações sobre os mesmos. (ALVES, 2011). No entanto, com o passar dos anos estas práticas não se mostravam eficazes diante de fatores como a dimensão territorial de alguns centros e ainda as diferenças sociais e culturais dos estudantes, uma vez que tal prática só abordava uma metodologia de construção de conhecimento: a troca de conteúdo via serviço de postagem. Até então não existia a possibilidade de escolhas pedagógicas e metodológicas que favorecessem uma formação ampliada e crítica.

É somente a partir da implementação de mídias como o telégrafo, rádio e televisão que a EAD alcança seus primeiros saltos significativos. As mídias citadas que num primeiro momento funcionaram como instrumentos de apoio para os cursos por correspondência, são ressignificadas e em meados dos anos 90, graças à disseminação das tecnologias de informação e de comunicação passam a operar como instrumentos formais de EAD, inclusive incentivados pelos órgãos de fomento e políticas governamentais (ALVES, 2011).

Portanto, a democratização da internet faz com que a educação a distância ganhe destaque no cenário mundial, “transformando em um click” a distância de tempo e territorial da relação professor/aluno.

Neste sentido, é possível observar que o impacto da tecnologia existente à época, influencia também a terminologia adotada. Ou seja, o que hoje conhecemos como educação a distância, já fora chamada de ensino por correspondência, ensino a distância, educação aberta e a distância, aprendizagem a distância, aprendizagem por computador, e-learning,

aprendizagem virtual, aprendizagem flexível, dentre outros (FORMIGA, 2009b apud RUSSO, 2016, p. 23).

Russo (2016) aponta que a EAD surgiu com uma concepção mais aberta e inovadora de ensino, cuja centralidade está no estímulo ao papel ativo e criativo do discente. No que tange as propostas voltadas à graduação, a autora assinala que a modalidade pode contribuir para expandir o número de alunos, bem como:

contribuir para disponibilizar uma proposta pedagógica, objetivando formar os aprendizes não só teórica e tecnicamente, mas também com vistas a promover sua socialização, condição indispensável para atender aos interesses do mundo atual (FORMIGA, 2009 apud RUSSO, 2016, p. 22).

Embora tenha sua história marcada por contratempos, erros e acertos, nos últimos anos temos verificado uma intensa popularização da modalidade. Os dados do último Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), datado de 2016 e disponibilizados em matéria do Jornal O Globo publicada em 31 de agosto de 2017, assinada por Raphael Kapa, apontam que na última década, o regime presencial contou com 22,2% de novos alunos. Já os cursos a distância quase quadruplicaram (297,3%). Isso faz com que a participação desta modalidade no percentual de novos alunos saltasse de 10,8% em 2006 para 28,2% em 2016.

Outro dado interessante do Censo, é que as instituições privadas representam 82,3% do número de alunos ingressantes em cursos regulares de graduação. No que tange à modalidade de ensino dos ingressantes, ocorreu aumento na EAD e queda no ensino presencial (INEP, 2017 apud KAPA, 2017, documento não paginado).

A expressiva participação das instituições privadas na adesão da EAD reflete a escolha de um modelo de negócio e pode ser percebida também na área de Biblioteconomia. Prova disso, é que atualmente 6 instituições de ensino privadas oferecem o curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância. Restringindo ao estado do Rio de Janeiro, no nosso campo de pesquisa temos a atuação das seguintes: Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR).

Atualmente nenhuma instituição de ensino superior pública, oferece curso de bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância, e, portanto, o projeto BibEAD configura-se como um grande avanço.

A concepção do Curso Nacional de Biblioteconomia se deu de forma coletiva e colaborativa, a partir de uma sistemática própria, contando com o envolvimento de

professores e especialistas da área de diversas instituições de ensino superior e com o apoio do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) (BRASIL, 2017, p. 7).

Segundo o projeto pedagógico do curso (PPC), o curso tem por finalidade, difundir a formação de biblioteconomia e, ao mesmo tempo, assegurar um ensino de qualidade, inovador, que faça interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento. Contribuindo para a formação de um profissional que saiba lidar com todo e qualquer tipo de informação (BRASIL, 2017).

A implantação do curso deriva do sistema integrado UAB, que visa apoiar as universidades públicas na oferta de cursos na modalidade a distância. A UAB foi instituída pelo Decreto Federal nº 5.800, de 8 de junho de 2006, funcionando a partir da colaboração entre a união e os três níveis governamentais. Tem por objetivo ampliar o acesso e reduzir as desigualdades no ensino público superior (BRASIL, 2017).

Ainda segundo Russo (2016), a modalidade EAD permitirá levar o curso ao interior do país, formar profissionais qualificados suficientes para atender todas as demandas. Como a maior concentração de cursos está na região Sudeste, existe um déficit de escolas de formação em outras regiões.

Nos últimos anos, houve uma elevação na procura pelo curso de bacharelado de biblioteconomia, um crescimento de 337% na procura da formação entre os períodos de 2006 e 2015 (BRASIL, 2017). Bem como, marcos regulatórios como a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares e, portanto, demanda o aumento no número de profissionais.

O curso visa contribuir com a formação de um profissional bibliotecário que atenda as demandas da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, pretende-se que seu egresso atue como mediador da informação, do conhecimento e da cultura, promovendo a democratização do acesso e da produção de saberes no seu contexto social (BRASIL, 2017, p. 12).

Neste sentido, há de se colocar que incluir um novo ambiente de ensino para a formação de bibliotecários é um grande desafio, mas ao mesmo tempo propõe a quebra de barreiras e a democratização de um ensino público e de qualidade.

Empreitada ainda mais desafiadora se levarmos em consideração que o programa de criação de um curso EAD envolve muitos recursos humanos, contextos, instrumentos e articula múltiplas infraestruturas. Igualmente emerge novos papéis, tais como de conteudista, professor coordenador e tutor (FURQUIM, 2012).

Na ambiência da EAD, o professor tem seu perfil alterado, ocupa-se de uma atuação mediadora, reflexiva e para tanto mais que em qualquer tempo é preciso investir em formação

continuada. Ou seja, precisa atualizar-se com os novos suportes tecnológicos, recursos de aprendizagem, ambientes de ensino e modernas práticas pedagógicas.

A formação continuada assim entendida como perspectiva de mudança das práticas no âmbito dos docentes e da escola possibilita a experimentação do novo, do diferente a partir das experiências profissionais que ocorrem neste espaço e tempo orientando um processo constante de mudança e intervenção na realidade em que se insere e predomina esta formação (WENGZYNSKI, TOZETTO, 2012, p. 3).

Moran (2006), afirma que é necessário que o professor da modalidade EAD compreenda que esta requer processos de ensino totalmente diferente do presencial. Sem planejamento, interação e construção coletiva a EAD não cumprirá seu papel.

Neste sentido, diante de tais questões, nosso estudo se desenvolve a partir da seguinte pergunta: Quais as expectativas e percepções dos docentes e discentes das universidades federais do estado do Rio de Janeiro diante da institucionalização do curso de bacharelado de Biblioteconomia na modalidade a distância? Esta questão se desdobra em uma segunda: Os recursos midiáticos, típicos da EAD, tem sido utilizado nos cursos presenciais?

Com a intenção de construir respostas às questões citadas, estruturamos o trabalho da seguinte maneira:

Na introdução, que constitui a primeira seção, apresentamos o tema, os conceitos e os autores que fundamentam o estudo. Além do problema de pesquisa, a motivação e os objetivos que pretendemos alcançar neste trabalho.

Na segunda seção, apresentamos a metodologia, evidenciamos o campo de pesquisa, o instrumento utilizado para coleta dos dados e o método para tratamento dos dados.

Na terceira seção, apresentamos um breve histórico da EAD no país, sua difusão nas universidades e as contribuições desta modalidade de ensino. Em seguida, analisamos o atual panorama dos cursos de biblioteconomia no Brasil e enveredamos pela necessidade e criação do projeto de implantação do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância.

Na quarta seção, apontamos os aspectos comuns e dissonantes entre o projeto BibEAD e os projetos atuais dos cursos de bacharelado em biblioteconomia a distância oferecidos por instituições privadas no estado do Rio de Janeiro.

Na quinta seção, apresentamos a análise de dados e os resultados obtidos a partir da aplicação de um questionário.

Na sexta seção, apontamos nossas considerações finais, seguida das referências que sustentam o estudo.

1.1 OBJETIVOS

Em síntese, o objetivo geral desta pesquisa é debater sobre o oferecimento de curso de graduação em Biblioteconomia na modalidade EAD.

Entre os objetivos específicos, indicamos:

- a) Examinar a configuração do projeto BibEAD;
- b) Verificar as expectativas dos docentes e discentes acerca do projeto BibEAD;
- c) Verificar se atualmente os cursos presenciais utilizam aportes da EAD;
- d) Comparar a arquitetura pedagógica no que tange especificamente as disciplinas do curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UAB com as de instituições privadas visando identificar aspectos comuns e dissonantes.

1.2 JUSTIFICATIVA

O tema mostra-se atual devido à aproximação da implantação do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância via sistema Universidade Aberta do Brasil. Um processo muito importante para a área e que requer uma participação de todos os indivíduos, pois traz a questão de um novo aporte. Embora a proposta lançada em 23 de março de 2018 seja de âmbito nacional, nosso trabalho apresenta como recorte temporal e campo de pesquisa os docentes e discentes das universidades federais da região Sudeste do Brasil, a saber: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

Esperamos apresentar a proposta do curso e seus benefícios para a área, além de conhecer a expectativa dos docentes e discentes para a implantação e uso da EAD; analisar se ambas as partes possuem a mesma perspectiva e descobrir se tanto os discentes quanto os docentes estão preparados para os novos desafios.

A motivação para este trabalho se deve à consideração de um momento de grande impacto para as IPES. Ao longo da graduação foi visto o esforço de muitos alunos para permanecer no curso, visto que uma graduação a distância pode levar esta mesma educação de qualidade, sem trazer dificuldades relacionadas a falta de tempo e distância da universidade, a esses alunos.

O Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância, ampliará a formação de bibliotecários e a popularização da profissão em cidades mais distantes da capital. Implantar um curso a distância não é um processo fácil e se aplicado de forma inadequada pode não alcançar os seus objetivos. Desta forma, ampliar o debate sobre o curso e seu alcance, desafios e possíveis limitações é importante e necessário.

Para o desenvolvimento e sustentação desta pesquisa, serão utilizados os trabalhos de autores como: Russo (2016), Alves (2011), Nascimento; Martins (2017), Mugnol (2009) e Reis; Tamagno; Backes (2015).

Espera-se que nossa pesquisa possa contribuir para a evidenciação do BibEaD, e talvez no futuro servir de panorama para cotejamento, visando identificar se tais expectativas foram ou não atendidas.

2 METODOLOGIA

Nesta seção, apresentamos a metodologia adotada neste estudo que segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 126) “É o conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa”.

Para Minayo (2008, p. 14) a metodologia deve incluir, simultaneamente, “a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”.

Portanto, a metodologia não se resume ao uso de técnicas e sim representa o caminho construído para desenvolver um conhecimento que pode ou não responder uma questão de pesquisa que tenha validade e utilidade na sociedade (PRODANOV; FREITAS, 2013). Desta forma, nesta seção, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, ou seja, indicamos a modalidade de pesquisa, a população, a amostra selecionada, os critérios de coleta e de análise dos dados.

2.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Caracterizamos nossa pesquisa como sendo documental, apoiados na perspectiva de Marconi e Lakatos (2006, p. 176) que nos indica que “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Portanto, ao analisarmos o projeto pedagógico do curso de bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância e os projetos pedagógicos dos cursos de biblioteconomia a distância nas instituições privadas do Rio de Janeiro, realizamos uma pesquisa documental.

É importante indicar que nossa fonte principal, os projetos pedagógicos dos cursos, não receberam qualquer tratamento analítico prévio, o que, portanto, afasta qualquer possibilidade de caracterização de uma pesquisa bibliográfica, tal como prevê GIL (2008) ao caracterizar o que é pesquisa documental.

A pesquisa também se caracteriza como sendo de campo, pois pretende responder sua questão de pesquisa a partir de dados coletados junto aos docentes e discentes de bacharelado dos cursos de Biblioteconomia da UFF, UFRJ e UNIRIO. Nossa população foi escolhida de forma intencional, pois a autora encontra-se no mesmo estado e devido à natureza deste estudo, um trabalho de conclusão de curso. Outro motivo, é que nos interessa saber o posicionamento

da população analisada durante o andamento do processo de adesão ao curso de Biblioteconomia à distância nas universidades federais atuantes no Estado do Rio de Janeiro.

Como a centralidade da pesquisa desenvolve-se sobre as percepções acerca do projeto BibEAD e este encontra-se em andamento, ainda há pouca literatura sobre o tema e desta forma, nosso objetivo tem caráter exploratório. Do ponto de vista da análise dos dados e demonstração dos resultados, utilizamos abordagem qualitativa e quantitativa.

2.2 DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA A COLETA DE DADOS

O questionário foi o instrumento de coleta de dados utilizado e este foi aplicado aos discentes (APÊNDICE A) e docentes (APÊNDICE B) das três universidades já citadas. Questionário é definido como:

a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc (GIL, 1999, p.128 apud CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011, p. 260).

Optamos pelo questionário devido às vantagens que apresenta, tais como o alcance a um grande número de pessoas, mesmo distantes geograficamente, o anonimato das respostas, assim como não permite a influência do pesquisador. No entanto, vale destacar que o instrumento também pode apresentar desvantagens, tais como: um baixo retorno no número de respostas, questionários extensos podem não ser respondidos, bem como à impossibilidade de auxiliar o informante, se este vir a não entender a questão (GIL, 1999 apud CHAER, DINIZ, RIBEIRO, 2011).

Os questionários foram elaborados através do “Formulários Google” e disponibilizados de duas formas distintas. O questionário aplicado aos discentes foi disponibilizado nos grupos virtuais privados dos estudantes destas universidades e inseridos na rede social Facebook, a saber: Agitando a Unibib, destinado aos alunos da UNIRIO; Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação – UFRJ, destinados aos alunos da UFRJ; e Biblioteconomia – UFF, destinado aos alunos da UFF. Juntos, estes grupos reúnem um total de 4.615 alunos, porém deve se considerar que alguns podem ser ex-alunos e que por razões diversas estão nestes espaços virtuais.

Antes de iniciarmos a aplicação do questionário, elaboramos um pré-teste no período de 19 a 26 de abril de 2018, onde uma pequena amostra de 9 professores e 9 alunos foi selecionada

aleatoriamente. A aplicação deste teste nos permitiu identificar problemas em algumas questões e eliminar outras, bem como verificar se as questões estavam de acordo com o objetivo pretendido.

O questionário dos discentes foi aplicado nos grupos da UFRJ e UNIRIO em 4 de maio, já o da UFF foi aplicado em 12 de maio. A diferença de tempo refere-se ao tempo em que o pedido de associação ao grupo ficou sendo processado por seu comitê moderador.

Já no que tange à aplicação dos questionários aos docentes, nos restringimos àqueles filiados aos departamentos de Biblioteconomia e procedemos de três maneiras distintas, que explicamos abaixo.

Primeira tentativa: em 4 de maio enviamos às coordenações dos cursos um pequeno texto de apresentação e indicação dos objetivos da pesquisa junto com o link para acesso ao questionário e solicitamos que repassassem aos vossos colegas. Este e-mail foi reenviado em 8 de maio.

Segunda tentativa: em 16 de maio encaminhamos o mesmo material às secretarias acadêmicas de curso e solicitamos o envio aos docentes atuantes no curso de Biblioteconomia.

Terceira tentativa: Como apenas a secretaria da UNIRIO confirmou o recebimento e encaminhamento, decidimos enviar e-mails individuais aos docentes dos 3 cursos. Tais endereços eletrônicos foram coletados no currículo Lattes de cada docente. No entanto, no quadro abaixo é possível verificar o número de docentes x envios.

Quadro 1: Número de docentes X Quantidade de e-mails recuperados e enviados

Universidade	E-mails recuperados e enviados
UNIRIO	23
UFRJ	14
UFF	16

Fonte: Autora (2018).

Diante de tais números é possível verificar que não conseguimos atingir todos os professores do curso. Nossas diferentes tentativas de aplicação visaram ampliar nossa taxa de respostas.

Assinalamos que as páginas destes cursos se encontram desatualizadas e/ou trazem poucas informações. Sendo assim, foi necessário contar com os contatos que nossa orientadora possuía nestas universidades para obtermos algum retorno. É importante indicar que a UNIRIO é a única que indica o corpo docente atuante e seu departamento institucional.

O período de coleta de dados do questionário dos discentes foi iniciado em 3 de maio de 2018 e finalizado no dia 25 de maio de 2018 e obtivemos um total de 127 respostas. Já o questionário dos docentes foi iniciado em 3 de maio de 2018 e finalizado em 30 de maio e obtivemos 25 respostas.

O questionário dos alunos foi composto de 21 questões, divididas em 4 seções, a saber: identificação dos estudantes, correspondendo às questões de 1 a 6; verificação da experiência com os recursos midiáticos e EAD, correspondendo às questões de 7 a 11; percepção sobre o curso presencial de biblioteconomia e os aportes da EAD no mesmo, correspondendo às questões de 12 a 15 e a expectativa com o projeto BibEAD, correspondendo às questões de 16 a 21.

O questionário dos professores era composto de 14 questões, divididas em 4 seções, a saber: identificação dos docentes, correspondendo à questão 1; experiência com a mediação tecnológica e EAD, correspondendo às questões de 2 a 5, percepção sobre a adequação da disciplina que ministra a modalidade EAD, correspondendo às questões de 6 a 8 e a expectativa e percepção sobre o projeto BibEAD, correspondendo às questões de 9 a 14.

2.3 DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Para tabulação dos dados das questões objetivas exportamos as respostas do Google Forms para o formato Excel e recortamos as respostas discursivas para o formato Word. É importante dizer que o Google Forms já nos oferece os dados com tratamento matemático em percentuais, inclusive oferece gráficos. No entanto, estes não foram utilizados devido sua baixa legibilidade e desestruturação na apresentação dos dados, ou seja, procedemos de forma manual à elaboração dos gráficos.

As questões objetivas foram analisadas individualmente uma a uma. No entanto, é importante indicar que haviam diferentes padrões, ou seja, algumas questões eram do tipo múltipla escolha e que só admitiam uma resposta, outras do tipo caixa de seleção admitindo mais de uma resposta e outras do tipo em escala linkert por grau de concordância. As questões discursivas foram analisadas individualmente através da técnica de análise de conteúdo que, segundo Vergara (2013, p.15), “[...] é uma técnica para o tratamento de dados que visa a identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Sendo assim, procedemos nossa verificação qualitativa.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção são abordadas as temáticas centrais para o desenvolvimento desta pesquisa, sendo elas: educação a distância no Brasil, curso de biblioteconomia no Brasil e o projeto pedagógico do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância.

3.1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

No final do século XVI surgiram os primeiros registros de práticas educativas a distância no Brasil. Com o objetivo de qualificar profissionais para atender ao mercado de trabalho foram criados programas formais que ofereciam capacitação profissional com certificados e diplomas. A forma inicial era a correspondência via serviço postal e uma das primeiras iniciativas foi o anúncio do Jornal do Brasil, em 1904, que anunciava a oferta de um curso de datilografia a distância (ALVES, 2011).

Entretanto, no início do século XX, o cenário da educação a distância começou a transformar-se no país. As mídias como telégrafo, rádio e televisão que no início funcionavam como instrumentos de apoio; com a disseminação das tecnologias da informação e comunicação, tornaram-se um dos instrumentos formais da EAD. Este avanço permitiu uma maior difusão do ensino para as camadas menos privilegiadas da sociedade, além de estender o caráter profissionalizante a atividades educativas e culturais (MORO, ESTABEL, 2000).

Após a metade do século XX, o desenvolvimento do computador e a popularização da internet trouxeram novas perspectivas para o ensino, uma nova forma de transmissão da informação. E esta permitiu o uso de novos recursos como áudio, imagens, multimídia e a interação entre alunos e educadores nos ambientes virtuais (MORO, ESTABEL, 2000).

De acordo com Leite (2002) a popularização do computador e da internet, ocorrida após a metade do século XX, ofereceu um leque de opções metodológicas que influenciou a prática educativa em todos os níveis e áreas de ensino. Leite (2002, documento não paginado) ainda aponta que “a tecnologia possibilita que [o ambiente acadêmico] se conecte com a comunidade que as cerca e com o mundo, permitindo que os alunos façam contato e construam conhecimento interagindo virtualmente com o mundo.”. Além disso, novos recursos didáticos são incluídos tais como áudio, imagens, vídeos são inseridos no cotidiano escolar.

O progresso da EAD no Brasil apesar de significativo, foi lento e ainda apresenta dificuldades. Diferente dos outros países, no Brasil, a EAD atuou como educação

profissionalizante e de nível básico por muito tempo. De acordo com Silva e Campos (2016), Torres (2012), Maia e Mattar (2007) a trajetória da EAD no Brasil pode ser representada por fases ou gerações.

Para Silva e Campos (2016) a primeira geração (1850 – 1960) teve como principal característica a utilização do sistema de correspondência, ou seja, a troca de documentos de papel entre aluno e professor. Neste contexto, os materiais impressos compunham o único material pedagógico e eram enviados através do serviço de correio tradicional. A segunda geração (entre 1960 a 1985) trata de cursos que utilizavam a tecnologia da transmissão de som e imagem ou tele difusão, enquanto a terceira geração (1985-1995) foi caracterizada pelos sistemas de comunicação bidirecional, ou seja, o uso de ambientes virtuais de aprendizagem, interativos. A quarta geração (1995-2005) por sua vez é caracterizada pelo modelo flexível de aprendizagem sendo desenvolvido a partir de atividades educativas on-line, via internet, transmissões em banda larga, interação por vídeo e ao vivo, videoconferência, fax e papel impresso. A última geração da EAD, ou seja, a quinta (2005- aos dias atuais) é apresentada por Torres (2012) como àquela em que a aprendizagem ocorre por meio de imersão em ambientes com realidade virtual. No entanto, a autora aponta que a quarta e quinta gerações ainda ocorrem de forma experimental na maioria das universidades do mundo.

O atraso no desenvolvimento desta modalidade de ensino também advém da dificuldade de definir o que é educação a distância, bem como, caracterizar o seu escopo. Em nosso estudo iremos caracterizar:

A Educação a Distância, no sentido fundamental da expressão, é o ensino que ocorre quando o ensinante e o aprendente estão separados (no tempo ou no espaço). No sentido que a expressão assume hoje, enfatiza-se mais a distância no espaço e propõe-se que ela seja contornada através do uso de tecnologias de telecomunicação e de transmissão de dados, voz e imagens (incluindo dinâmicas, isto é, televisão ou vídeo). Não é preciso ressaltar que todas essas tecnologias, hoje, convergem para o computador (CHAVES, 1999 apud ALVES, 2011, p. 85).

Do ponto de vista regulatório, no Brasil a definição oficial advém do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005:

[...] caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Em comum essas e outras definições encontradas na literatura, vide Chaves (1999) e Moran (2001), apontam a separação física e temporal entre aluno e professor:

A separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino presencial, comunicação de mão dupla, onde o estudante beneficia-se de um diálogo e da possibilidade de iniciativas de dupla via com possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização (KEEGAN, 1991 apud ALVES, 2011, p. 85).

No que tange as características desta modalidade, temos no trabalho de Mugnol alguns aportes, vejamos:

Sofre influência de uma organização educacional no planejamento, preparação do material de ensino e na provisão de serviços de suporte aos alunos; distância física entre professores e alunos; utilização da mídia – impressos, áudio, vídeo ou computador – para mediar ações educativas entre professores e alunos no desenvolvimento do conteúdo do curso; comunicação bidirecional, de forma que o aluno pode se beneficiar de um diálogo mais estreito com o professor; quase permanente ausência de grupos de aprendizagem presenciais, com a possibilidade de encontros, face a face ou através de meios eletrônicos, sendo os estudos individuais responsáveis por completar as necessidades e propósitos de socialização (KEEGAN, 1996 apud MUGNOL, 2009, p. 339).

Segundo Schlosser (2010, p. 1) são variados os fatores que motivam os estudantes a optarem por esta modalidade de ensino, num recorte a autora destaca:

A construção autônoma de seu tempo de estudo, o não-deslocamento de sua residência para outros espaços, as necessidades constantes de atualizações e capacitações que o mercado de trabalho exige de determinados profissionais e o vasto campo de meios e ferramentas que as novas tecnologias oferecem.

Embora a definição oficial ocorra em 2005, o reconhecimento oficial ocorre no final da década de 1990, sobretudo quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as bases da modalidade em 1996.

A LBD é a maior legislação educacional no Brasil e normatiza nos artigos 32,47,80 e 81 sobre a EAD como ferramenta de ensino. Estes artigos foram regulamentados por meio de Pareceres, Leis, Portarias e Resoluções entre as quais destacamos:

- A Portaria nº 4.059, de 10/12/2004, que autoriza a introdução de disciplinas no modo semipresencial em até 20% da carga horária total de cursos superiores reconhecidos.

- A Portaria nº 4.361, de 29/12/2004, que regulamenta o credenciamento de instituições de ensino para o uso regular de EAD em seus processos.
- O Decreto nº 5.622, de 19/12/2005, que regulamenta o Art. 80 da LDB, definindo a política oficial de educação a distância no país, estabelecendo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- O Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- O Decreto nº 6.303, de 12/12/2007 que altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19/12/2005 e 5.773, de 9/05/2006.

Todas as normas citadas contribuíram em alguma medida para que a EAD se expandisse e pudesse tornar-se um importante instrumento de democratização do ensino no Brasil. No entanto, nosso estudo considera que as contribuições do artigo 81 da LDB e da Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, assinada pelo Ministério da Educação, as mais importantes; explicamos:

O artigo 81 abre a possibilidade de se organizar cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas às disposições desta Lei. Já a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que levou em consideração o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 1º do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1984, irá estabelecer o percentual máximo de atividades não presenciais em cursos e disciplinas de graduação, oferecidos de modo presencial. Além disso, Mangan, Orth e Dias (2011, p. 4) também apontam:

A portaria simplificou o processo de implantação da EAD nos cursos de graduação reconhecidos, bem como tornou claras as regras de aplicação do percentual máximo de atividades não presenciais dimensões continentais tão grandes como um, muitas instituições passaram a ofertar cursos a distância e o número de estudantes inscritos tem crescido significativamente no país.

Prova disso é que enquanto em 2005, o sistema EAD compreendia 1,2 milhão de alunos, o censo do Ministério da Educação de 2015/2016 indicava que em 2015, o número de discentes ultrapassava a marca de 5.048.912 (RICARDO, 2017).

A despeito de seu crescimento, para alguns autores, a portaria ocasionou um crescimento desordenado da EAD, onde alguns poucos conglomerados empresariais interessados apenas na acumulação de capital dominaram o setor, sem preocupar-se com a qualidade do ensino

oferecido e tampouco com a sustentabilidade das iniciativas a longo prazo (ARRUDA, ARRUDA, 2015).

No entanto, também há os estudiosos que consideram a modalidade como uma ferramenta útil, de baixo custo, que a cada dia se consolida mais nas instituições de ensino, como uma modalidade que pode atender as grandes massas e que, principalmente, “[...] necessita passar por ajustes que deem condições de transitar de forma normal pela sociedade, de ser aceita como uma modalidade inovadora e democratizadora do ensino e da educação” (NASCIMENTO; VIEIRA, 2016, p. 318).

3.2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Conforme citado, embora a LDB se ocupe em 1996 de tratar e especificar as funcionalidades e alcances da EAD, é com a publicação da Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, de autoria do Ministério da Educação, que a modalidade tem o seu maior e mais importante marco no ensino superior.

Com a promulgação do normativo, o processo de implantação da EAD em cursos de graduação foi facilitado e ao mesmo tempo eliminou-se as diferentes interpretações que haviam sobre o limite de implementação dos 20%:

[...] somente os cursos superiores reconhecidos possam ofertar disciplinas no modo semipresencial, e em até 20% da carga horária total prevista para todo o programa de curso, não importando como seja feita a distribuição das atividades não presenciais nas disciplinas. Dessa forma, a distribuição de atividades não presenciais nas disciplinas (BRASIL, 2004, documento não paginado).

Dessa forma, a distribuição de atividades não presenciais para um curso com 3.600 horas de carga horária, por exemplo, deve estar contida em 720 horas, a serem distribuídas nas disciplinas de um curso superior reconhecido. Sendo assim, cabe o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso a decisão de como esta distribuição será realizada, podendo ter disciplinas quase inteiramente aplicadas a distância, outras com diferentes percentuais de atividades não presenciais e outras ainda que podem ser ministradas de forma totalmente presencial. A única limitação é que a atividade não presencial se limite a 720 horas em um curso de 3.600 horas.

A portaria n 4.059 também especifica que estes 20% não presencial deve ser mediado por recursos tecnológicos, mas não os especifica, qualifica ou orienta como as instituições de ensino superior (IES) desenvolvam suas práticas, tanto em qualificação dos docentes quanto em infraestrutura tecnológica.

Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota (BRASIL, 2004, documento não paginado).

No que tange ao processo avaliativo, a portaria indica no mesmo artigo, parágrafo 3º, que os exames de avaliação dos alunos sejam realizados de modo presencial. No entanto, não há proibição para adoção de medidas avaliativas adicionais e que inclusive podem ser realizadas a distância.

Ainda no artigo 2, o normativo especifica que devem existir encontros presenciais e atividades de tutoria. Especificamente sobre a tutoria indica que:

Para fins desta Portaria, entende-se que a tutoria das disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial implica na existência de docentes qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância (BRASIL, 2004)

Segundo Paula, Haiduke, Seleme (2014) as instituições que implementaram os 20% a distância tem seguido por dois caminhos: o voluntarismo e o planejamento pontual, vejamos:

No primeiro caminho, a adesão parte do professor que decide se o uso da TIC motivará os alunos e beneficiará o processo educativo. Já no segundo caminho, a modalidade é utilizada apenas como alternativa ao saneamento de pendências administrativas do processo educacional, tais como: recuperações e reprovações. As autoras esclarecem que utilizar a modalidade para estes fins pode levar um descrédito, haja vista que se reduziria a uma utilização de caráter mais econômico e punitivo (PAULA; HAIDUKE; SELEME, 2014).

De acordo com Magan, Orth e Dias (2011) a Portaria nº 4.059, ao oferecer a possibilidade de implementação de disciplinas a distância na graduação presencial, provoca transformações estruturais em duas dimensões: didático-pedagógico e técnica.

O suporte didático-pedagógico deve ser criado a partir de uma fundamentação em um modelo pedagógico para EAD. Envolve a definição de estratégias de capacitação docente bem como a criação de uma estrutura de assessoria e capacitação docente permanente. Ainda é preciso que o suporte didático-pedagógico preveja a criação de rotinas para orientação de alunos e de combate à evasão de forma alinhada às práticas docentes. Outro aspecto fundante neste processo é o da capacitação docente, o principal desafio desta dimensão e que desenvolveremos na próxima seção. Já a dimensão técnica permitirá ao docente postar os materiais e realizar a mediação suportada pelo computador, bem como ao aluno acessar todos os recursos e interagir em um ambiente integrado. Aos responsáveis pela parte técnica cabe avaliar, instalar, dar manutenção e garantir o funcionamento das diversas ferramentas de apoio e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em particular. Deste modo, a dimensão

técnica deve dialogar com a didático-pedagógica no sentido de garantir a criação de uma estrutura capaz de manter em funcionamento das atividades educativas a distância e planejar atualizações/renovações tendo sempre em mente as características do modelo pedagógico institucional para EAD (MAGAN, ORTH, DIAS, 2011, p. 5).

Desta forma, percebemos que a institucionalização desta portaria aciona apenas um dos elementos de um complexo sistema educacional, articulando vários marcos regulatórios e que inclusive influencia e sofre influências de políticas educacionais estatais, tais como a prevista na Lei federal n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências, e onde no capítulo referente ao Ensino Superior, o subitem 4.3 refere-se a Objetivos e Metas e que na alínea 4 afirma: “Estabelecer um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.” Ainda no mesmo PNE temos, no capítulo referente a Educação a Distância e Tecnologias da Educação, o subitem 6.3 que se refere a Objetivos e Metas e que, na alínea 13, afirma: “Incentivar, especialmente nas universidades, a formação de recursos humanos para educação a distância”.

Segundo Preti (2007) a discussão na EAD no PNE é resultado do impacto do Consórcio Brasileiro de Educação a Distância (BRASILEAD) , em 1994, e que congregava um número significativo de universidades públicas brasileiras e pode ser considerado o embrião tanto da Universidade Virtual Pública do Brasil (UNIREDE) e da UAB.

Ainda acrescenta Preti (2007, p. 2) que a portaria também reflete ações previstas no Fórum das Estatais pela Educação:

Criado com o objetivo de desenvolver ações que busquem potencializar as políticas públicas na educação promovidas pelo Governo Federal, especialmente pelo Ministério da Educação e pelas Empresas Estatais brasileiras, como o Banco do Brasil, os Correios, a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, etc. Inclusive é no Fórum que foi lançado o Projeto UAB, previsto para entrar em funcionamento em 2006, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior à distância, em caráter experimental.

O Projeto UAB é institucionalizado por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que propriamente dito, instituí o Sistema Universidade Aberta do Brasil, objetivando:

Expandir e interiorizar a oferta de cursos de graduação na modalidade educação a distância, como licenciaturas, bacharelados e tecnólogos e pós-graduações Lato e Stricto Sensu, tendo como prioridade a formação de professores de Educação Básica educadores. Para isso, o sistema tem como base, fortes parcerias entre as esferas federais, estaduais e municipais do governo (BRASIL, 2008, p. 11).

Para Preti (2007) e Pereira e Moraes (2009) o sistema UAB representa uma política de educação a distância no Brasil.

Trata-se de um sistema integrado por universidades públicas e tem por objetivo desenvolver a educação a distância no país, neste sentido:

[...] não se constitui como uma unidade de ensino, mas em um órgão articulador das instituições públicas, que serão as responsáveis pela oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Assim, o financiamento e avaliação ficam a cargo da UAB, enquanto a gestão acadêmica e operacional fica sob a responsabilidade das instituições públicas de ensino (ROZADOS; BARBALHO, 2015, p. 451).

Atualmente o sistema integrado da UAB é constituído de 109 IPES, ofertando 800 cursos em 771 polos. Tais bases oferecem apoio aos estudantes, permitindo o acesso a laboratórios e bibliotecas (PORTAL CAPES, 2018).

Segundo a Capes, os polos UAB podem ser tipificados como efetivo ou associado.

Polo Efetivo - quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal.

Polo Associado - quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente localiza-se em um campus de uma IES (PORTAL CAPES, 2018).

É importante indicar que para implantar ou manter um Polo UAB, a instituição interessada deve dispor de espaços com mobiliário correspondente as suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Em um mesmo polo pode haver compartilhamento de infraestrutura por mais de uma IES, desde que não haja duplicação de mesmo curso (PORTAL CAPES, 2018).

O sistema também estabelece a infraestrutura necessária sendo:

a)Espaços gerais do Polo UAB

Sala para coordenação do Polo UAB (obrigatório);

Sala para secretaria do Polo UAB (obrigatório);

Sala de reunião (opcional);

Banheiros (ao menos um feminino e outro masculino) com acessibilidade, conforme o que demanda as Leis nº 10. 908 de 19 de dezembro de 2000

b)Espaços de apoio do Polo UAB (obrigatório)

Laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada);

Biblioteca física, com espaço para estudos;

c) Espaços acadêmicos

Sala multiuso - para realização de aula(s), tutoria, prova(s), vídeo/web conferência(s) etc.;

Laboratório pedagógico (quando couber) (PORTAL CAPES, 2018).

Tratando-se de um polo associado, é admitida utilização compartilhada da secretaria acadêmica, biblioteca e demais ambientes, com exceção da sala da coordenação do polo, ambiente obrigatório e exclusivo.

No que tange a infraestrutura tecnológica composta, o polo UAB deve basicamente possuir:

1. Computadores em número adequado para atender o quantitativo que alunos (as) que se pretende atender no Polo;
2. Conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo;
3. Ferramentas pedagógicas tais como datashow, lousa, podendo ser digital, equipamentos para conferência web ou videoconferência (PORTAL CAPES, 2018).

Já no que tange a composição da equipe do Polo UAB, temos:

1. Coordenador de Polo (indicação do mantenedor do polo);
2. Assistente à Docência (de acordo com a quantidade de alunos no polo) (indicação das IES ofertantes de curso no polo);
3. Secretária (o) ou Apoio Administrativo;
4. Técnico (s) de informática;
5. Bibliotecário ou auxiliar de biblioteca;
6. Técnico (s) para laboratórios pedagógicos, desde que exista laboratório de biologia (biologia), química (química), física (física), ateliê de artes (artes), ou quadra poliesportiva (educação física);
7. Pessoal de segurança, opcional no caso de existirem equipamentos e segurança;
8. Pessoal de manutenção e limpeza (PORTAL CAPES, 2018).

Especificamente sobre a indicação de bibliotecários na composição das equipes não consideramos adequada a possibilidade de haver substituição de um bibliotecário por um auxiliar. Haja vista que a profissão e seu exercício das atividades é regulamentada pela Lei, 4.084 de 30 de junho de 1962. Ademais, o profissional auxiliar não possui formação adequada necessária ao bom desenvolvimento da biblioteca e oferecimento de produtos e serviços a sua comunidade utente.

É possível observar que todos estes dados são de caráter indicativo, ou seja, orientam práticas, mas não garantem unidade, haja vista o sistema UAB não prevê um modelo único. Ou seja, cada instituição utiliza de suas linguagens e recursos tecnológicos. Outro ponto crítico são os referenciais de qualidade desses cursos.

Para definir os princípios que sejam referenciais de qualidade desses cursos, o MEC criou em 2003 o documento “Referenciais de qualidade para educação superior à distância” (BRASIL, 2007). Neste normativo fora estabelecido que todo curso a distância deve apresentar os seguintes elementos no seu projeto pedagógico:

1. Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
2. Sistemas de Comunicação;
3. Material didático;
4. Avaliação;
5. Equipe multidisciplinar;
6. Infraestrutura de apoio;
7. Gestão Acadêmico-Administrativa;
8. Sustentabilidade financeira.

O documento também estabelece a atuação dos profissionais que compõe o corpo funcional de um polo, a saber: professor que desenvolve o material didático, o tutor que ministra as aulas, o designer e o revisor do curso. O tutor é um dos mais importantes, pois “Entende-se que ele é o mediador entre o professor, o conteúdo e o estudante e, por isso, seu papel e suas atribuições ganham destaque” (FURQUIM, 2012, p. 1).

Segundo a Resolução nº 26, de 5 de junho de 2009, expedida pelo MEC, as atribuições do tutor são:

Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas; acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso; apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes; manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista; estabelecer contato permanente com os alunos e mediar às atividades discentes; colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes; participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino; elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria; participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável; apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação de avaliações (BRASIL, 2009).

A Resolução nº 26, de 5 de junho de 2009, também estabelece que as instituições precisam contar com tutoria presencial e a distância. O tutor presencial atende aos alunos nos polos, e, o tutor à distância tem como responsabilidade a mediação do processo de ensino aprendizagem nos ambientes virtuais. No entanto, ambos têm a função de desenvolver:

Atividades de mediação do processo de ensino-aprendizagem e por isso necessita ser um conhecedor da área do curso e disciplina (s) que irá atuar, da dinâmica do curso e possuir o conhecimento das ferramentas possíveis de serem utilizadas, presentes no AVA em que atua (FURQUIM, 2012, p. 4).

Os tutores precisam ter conhecimento das disciplinas e saber conciliá-las com as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC). Assim, como as instituições devem oferecer

“[...] capacitação no domínio específico do conteúdo; capacitação em mídias de comunicação; e capacitação em fundamentos da EAD e no modelo de tutoria” (BRASIL, 2009).

Segundo Preti (2007, p. 5) é importante esclarecer que “ O sistema UAB não oferece cursos, não abre processo seletivo para que as pessoas se inscrevam e sejam selecionadas. O curso é da instituição que participa do sistema UAB.”. Ou seja, cabe a IES a responsabilidade pela seleção, matrícula, acompanhamento pedagógico, avaliação, estrutura de apoio, expedição de diploma, etc. como acontece nos seus cursos presenciais, apenas os recursos financeiros e desenvolvimento de parcerias que advém do sistema.

Em alguns casos, estas parcerias têm operado via sistemas de consórcios educacionais, que possuem objetivos educacionais comuns e visam articular as ações entre as instituições públicas de ensino superior e os governos municipais e estaduais, tal como ocorre no Estado do Rio de Janeiro via Consórcio do Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) .

De maneira direta, o sistema UAB tem possibilitado uma redefinição dos papéis e aportes da EAD no Brasil em todas as áreas do conhecimento e recentemente expandiu seus horizontes para a Biblioteconomia, com o projeto BibEAD que discutiremos na subseção 3.4.

3.3 CURSO DE BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Em 1911 a Biblioteca Nacional criou o primeiro curso de Biblioteconomia do país, no entanto, só em 1915 as atividades efetivamente se iniciaram (PRUDENCIO, 2015 apud DIAS, 1955). Essa lacuna temporal foi decorrente da desistência por parte dos funcionários da própria instituição em prestar seus serviços nesta nova atividade, bem como, do tempo necessário à preparação didática de alguns professores para ministrarem determinados conteúdos (NASCIMENTO; MARTINS, 2017).

Este curso funcionou regularmente até 1922, quando foi substituído pelo Curso Técnico do Museu Histórico Nacional, que objetivava formar profissionais para atuarem no próprio Museu, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional (SOUZA, 2009).

No entanto, devido a problemas de infraestrutura e também de ordem política, esta nova proposta de curso não prosperou e, em 1931, o curso da Biblioteca Nacional é restabelecido, estruturado em novas bases, agora com a duração de dois anos e novas disciplinas, mas ainda com o predomínio da cultura geral e com o objetivo de formar pessoal para suprir, principalmente, as deficiências internas da Biblioteca Nacional. (DIAS, 1955).

Em toda sua história, mesmo com as diversas reestruturações que sofreu, o curso da Biblioteca Nacional manteve a orientação humanista e enciclopedista, seguindo a influência francesa, representada pela *École des Chartes*. Nesta ambiência, objetivasse a formação de um bibliotecário erudito-guardião (PRUDENCIO, 2015).

No entanto, no ano de 1929, estrutura-se na cidade de São Paulo, no interior do Instituto Mackenzie, o segundo curso de Biblioteconomia do país. Em termos de construção curricular, este curso não apresenta diferenças relevantes em relação ao da Biblioteca Nacional, o que distinguiu o curso do Mackenzie foi a implantação do modelo pragmático do ensino de Biblioteconomia e de organização de bibliotecas. Esse modelo seguia os princípios e técnicas norte-americanas e foi considerado, à época, atual e moderno. Uma das principais defensoras desse modelo de ensino foi a Bibliotecária Adelpha de Figueiredo, egressa da Columbia College School of Library Economy, criada por Dewey, em Nova York, que ao retornar ao Brasil reassume a direção do curso do Mackenzie e “com a sua chegada, o curso ganha, nova dinâmica e impulso, passando a ser o centro convergente do saber biblioteconômico paulista” (CASTRO, 2002, p. 68). Sob tal perspectiva, este curso objetivava a formação de um bibliotecário técnico. O currículo centrava-se em disciplinas como Catalogação e Classificação e o processo de ensino/aprendizagem orientava-se para a organização técnica de bibliotecas.

Em 1944, a Biblioteca Nacional passou por uma reestruturação e o curso também fora modificado, passando a receber apoio do Governo Federal e da Fundação Rockefeller, o curso passa a:

oferecer bolsas para candidatos a bibliotecários de outros estados, os quais, ao regressarem, reorganizam velhas bibliotecas ao mesmo tempo em que criam novas. Com isso, aos poucos vai ocorrendo uma uniformização dos saberes bibliotecários e se consolidando, no Brasil, o modelo pragmático americano (FONSECA, 1957, p.96 apud CASTRO, 2002, p. 27).

No entanto, esta não foi à única alteração ocorrida em 1944, segundo Prudencio.

A promulgação do Decreto Lei nº 6440 de 27 de abril de 1944, que, entre outras matérias, determina a promoção de cursos de atualização de bibliotecários, capacitação de mão-de-obra auxiliar bibliotecária e facilitação e incentivo para troca de experiências entre bibliotecários brasileiros e estrangeiros. [...] em atendimento a esse Decreto o antigo curso de Biblioteconomia passa a denominar-se Curso da Biblioteca Nacional (CBN) e passa a operar em três níveis: Curso Fundamental de Biblioteconomia – CF, Curso Superior de Biblioteconomia – CSB e Cursos Avulsos – CA (CASTRO, 2002, p. 26).

Portanto, observa-se no ensino de Biblioteconomia certa vocação ao pioneirismo e interesse em ampliar seu alcance.

No que tange ao currículo destas iniciativas observa-se que não havia certa clareza no que deve ou não ser ensinado, sendo assim, em 1962, com a publicação do Parecer nº 326 do Conselho Federal de Educação, se instituí um Currículo Mínimo para orientar e uniformizar o ensino de Biblioteconomia no país (SANTOS,1998).

Embora signifique o estabelecimento de bases indicativas para o ensino, o currículo mínimo não atendeu plenamente os professores e a classe bibliotecária. Desta forma, em 1970 a Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) inicia uma série de discussões com professores e órgãos do setor acerca da necessidade de rediscutir e formalizar uma nova proposta de currículo.

Guimarães (2000, p. 58) argumenta que “[...] na gênese destes debates estava na tentativa de ruptura com uma visão demasiado tecnicista (fruto de uma influência notadamente norte-americana das décadas de 30 a 60) [...]”. Como resultado dessas discussões, em 1982, surge à proposta de um novo currículo mínimo, a diferença é que este currículo é apresentado tendo sob um perfil indicativo, ou seja, fica claro que as instituições de ensino têm a possibilidade de incluir outras disciplinas. Tal liberdade foi estabelecida pela Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que configurou o chamado currículo pleno.

Para Chagas (2001 apud PRUDENCIO, 2015) a grande inovação da LDB foi a introdução do princípio da flexibilidade curricular. De igual modo, é esta ideia que orienta a criação das diretrizes curriculares nacionais.

As diretrizes foram instituídas para todos os cursos de graduação do país em diferentes anos, no campo da Biblioteconomia foram aprovadas através do Parecer CNE/CES nº492 de 2001.

Segundo Souza (2002, p. 1 apud PRUDENCIO, 2015, p. 41) descreve: “as DCNs promovem mais que a orientação de conteúdo passa a existir a orientação da formação, o que envolve todos os componentes materiais e imateriais que um curso pode ofertar a seus alunos”.

Portanto, a partir de 2001 todos os cursos brasileiros passaram a ter a obrigação de adequar seus projetos pedagógicos e, conseqüentemente, seus currículos de acordo com as DCN’s especificadas da área.

Atualmente todas as regiões do Brasil possuem cursos de Biblioteconomia, sendo a região sudeste a com maior concentração. Segundo o sistema e-MEC (BRASIL, 2018) 40 instituições ofertam o curso de biblioteconomia presencial no país, sendo 11 de iniciativa privada, como apresenta o quadro a seguir:

Quadro 2: Instituições que ofertam Biblioteconomia

Região	Estado	Âmbito
CENTRO- OESTE		
Instituto de Ensino Superior da Funlec (IESF)	MS	Privado
Universidade Federal de Brasília (UNB)	DF	Público
Universidade Federal de Goiás (UFG)	GO	Público
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	MT	Público
Centro Universitário Unic (UNIC)	MT	Privado
NORDESTE		
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA	Público
Universidade Federal do Pará (UFPA)	PA	Público
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	PB	Público
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	AL	Público
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	Público
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	SE	Público
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	CE	Público
Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	Público
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	MA	Público
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)	PI	Público
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	Público
NORTE		
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	AM	Público
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	RO	Público
SUDESTE		
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	ES	Público
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	Público
Centro Universitário de Formiga (UNIFORMG)	MG	Privado
Universidade Santa Úrsula (USU)	RJ	Privado
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	RJ	Público
Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	Público
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	Público
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	SP	Público
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS)	SP	Privado
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	SP	Público
Universidade de São Paulo (USP)	SP	Público
Centro Universitário Assunção (UNIFAI)	SP	Privado
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP)	SP	Privado
Faculdades Integradas Coração de Jesus (FAINC)	SP	Privado

Centro Universitário Teresa D'Ávila (FATEA)	SP	Privado
SUL		
Centro Universitário Univel	PR	Privado
Faculdade Educacional de Dois Vizinhos (FAED)	PR	Privado
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	PR	Público
Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)	SC	Público
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	Público
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	RS	Público
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURGS)	RS	Público

Fonte: (BRASIL, 2018).

Segundo o CFB, a quantidade de bibliotecários formados pelos cursos presenciais é por volta de 30 mil, um número bem pequeno perto da necessidade de inserção de 175 mil bibliotecários até 2020 para cumprimento da lei 12.244/2010 (REIS, TAMAGNO, BACKES, 2015).

A lei 12.244/2010 que, dispõe acerca da universalização de bibliotecas escolares, estabelece que num prazo de 10 anos, todas as escolas públicas e particulares devem ter bibliotecas supervisionadas por um bibliotecário, assim como dispõe o artigo 3º :

Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nos 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998 (BRASIL, 2010).

Frente a essa urgência, os cursos presenciais não são suficientes para atender a demanda, além de que o profissional de biblioteconomia pode atuar em diferentes segmentos econômicos como: “[...] industrial, comercial, bancário, jurídico, de saúde, de ciência e tecnologia, gestão de conteúdos em plataformas digitais, redes, sistemas e serviços de informação entre outros” (BRASIL 2017, p. 18). Surge então, a EAD, como alternativa. Algumas instituições privadas já dispõem desta modalidade, e, em 2012, a universidade Caxias do Sul (UCS) foi a primeira a lançar o curso de biblioteconomia na modalidade EAD, mesmo não ofertando o curso presencialmente (RUSSO, 2016).

Segundo o sistema e-MEC (BRASIL, 2018), existem seis cursos de Biblioteconomia a distância em atividade, ofertados pelas seguintes instituições: UCS, CEUCLAR, UNIVERSO, Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSSELVI) e Centro Universitário de Jaguaruna (FAJ). A partir da

base é possível conferir o número de vagas ofertadas em cada curso, exceto o número de ingressantes e matriculados, e a carga horária, como apresenta o quadro a seguir:

Quadro 3: Instituições com curso de biblioteconomia na modalidade a distância

Instituição	Vagas anuais autorizadas	Carga horária
UCS	200	2.610 horas
CEUCLAR	1200	2.400 horas
UNIVERSO	2000	2.655 horas
UNOCHAPECÓ	100	2.625 horas
UNIASSELVI	2000	2.920 horas
FAJ	7000	2.920 horas

Fonte: (BRASIL, 2018).

O número de vagas ofertadas varia entre 100, curso da UNOCHAPECÓ, e 7.000, curso da FAJ. E a carga horária dos cursos varia entre 2.400 horas, curso ofertado pela UCS, e 2.920 horas, curso da UNIASSELVI e FAJ. Todos os cursos são de bacharelados e pagos, a mensalidade varia entre R\$ 248,80, na FAJ, e R\$ 356,00, curso da CEUCLAR.

O sistema e-MEC (BRASIL, 2018) também apresenta a distribuição dos polos por estados, e, no quadro a seguir é possível observar que a modalidade a distância vem expandindo o curso em todas as regiões do país. Os cursos EAD têm um número bem maior de vagas e conseguem atender um número maior de estados e municípios, diferente dos cursos presenciais.

Quadro 4: Distribuição dos polos por estados

Instituição	Polos por estado
UCS	RS
CEUCLAR	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO
UNIVERSO	BA, ES, GO, MG, MT, PE, RJ, RS
UNOCHAPECÓ	SC e MG
UNIASSELVI	AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PI, PR, RN, RO, RR, RS, SC, SP
FAJ	SP

Fonte: (BRASIL, 2018).

A partir desses dados, conclui-se que o curso de Biblioteconomia a distância já é uma realidade nas universidades privadas. Entretanto, no que tange às universidades públicas ainda são necessários “[...] maiores esforços por parte das instituições [públicas] para que ocorra

aumento da oferta de cursos de Biblioteconomia no país, assim como de iniciativas governamentais” (REIS, TAMAGNO, BACKES, 2015, p.71).

O investimento na modalidade a distância pode reverter o cenário e com esta finalidade, e assim sendo, o CFB juntamente com a CAPES iniciou o projeto pedagógico nacional do curso de bacharelado em biblioteconomia a distância (BibEAD). Com a intenção de:

Intensificar as possibilidades de ingresso ao ensino na área, antes mais concentrado nas grandes cidades brasileiras, com os cursos presenciais e, mais amplamente, trazer para a sociedade diferentes benefícios, não somente pelo crescimento da oferta de postos de trabalho, mas também com a diversificação das formas de acesso ao conhecimento e das oportunidades de formação para pessoas que demandam novas oportunidades de trabalho (RUSSO, 2016, p. 31).

Esta iniciativa almeja aumentar o número de profissionais qualificados e trazer mais visibilidade para a área e a profissão, além de que “esse incremento no cenário da Biblioteconomia se configura como um novo marco histórico na área, inovador, que irá enriquecer seu processo de formação e trazer benefícios para a sociedade brasileira (RUSSO, 2016, p. 33).

3.4 PROJETO PEDAGÓGICO NACIONAL DO CURSO DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA A DISTÂNCIA

A EAD na área de Biblioteconomia esteve por muito tempo concentrada nos segmentos de educação continuada e extensão, e, até recentemente, não tinha graduação na modalidade a distância. Isto, no entanto, não significa que:

[...] não haja um mercado latente, englobando um público que espera e aguarda pelo oferecimento de tal tipo de curso. Esta pré-disposição pode ser lida e verificada nas comunidades virtuais e nas redes sociais que interagem em listas de discussão e blogs, cujos temas perpassam a Biblioteconomia (BRASIL, 2017).

A criação do curso partiu da UAB, em 2008, com a ideia de um curso que formasse auxiliares de bibliotecas, devido à carência de profissionais fora dos grandes centros. O CFB ciente desta proposta, incentivou a criação de um curso a distância para formar bibliotecários (RUSSO, 2016). A aceitação da proposta resultou na parceria entre CAPES e CFB, e, foi instituída em 23 de dezembro de 2009. E o papel de cada um é destacado por Rozados e Barbalho, que dizem que (2015, p. 460):

[...] no convênio estão previstas as responsabilidades do CFB, no sentido de planejar e produzir os cursos nesta modalidade, capitaneados pela UAB, enquanto cabe a Capes viabilizar encontros, reuniões e oficinas para elaboração do projeto pedagógico e produção dos conteúdos do curso.

No ano seguinte, foi estabelecida a comissão técnica de biblioteconomia da CAPES para elaborar o projeto pedagógico do curso, tendo por base as diretrizes curriculares nacionais e todos os documentos de orientações emanados da ABECIN (BRASIL, 2017).

Em 2012, a UFRJ iniciou a produção do material. Dois anos depois, em 2014, ocorreu a seleção para a elaboração do material didático do curso e, em 2017, a comissão técnica apresentou o projeto para as IPES que ofertam o curso de biblioteconomia bacharelado presencial (BRASIL, 2017)

O PPC consiste em três grandes seções: ato situacional, ato conceitual, ato operacional e ato institucional. Também apresenta as instruções relacionadas desde o número de vagas, formas de ingresso até a estrutura e forma de gestão das instituições. Segundo o projeto pedagógico (BRASIL, 2017, p. 7) o curso tem por finalidade:

Fomentar e expandir a formação de profissionais bibliotecários no País, bem como de garantir um padrão nacional de qualidade a sua formação, assegurando, ao mesmo tempo, sua excelência quanto ao domínio dos fundamentos e conhecimentos da Biblioteconomia e à articulação destes aos de outros domínios do conhecimento para o bom desenvolvimento do trabalho com a informação.

Igualmente apresenta as características do curso, sua organização em oito semestres, duração de quatro anos e uma carga horária de 2.895 horas, sendo “2.355 horas de disciplinas obrigatórias que incluem os Seminários Temáticos, 240 horas de Estágio Supervisionado (obrigatório), 120 horas de atividades complementares e no mínimo 180 horas referentes a 6 (seis) disciplinas optativas” (BRASIL, 2017, p. 34).

Foi estruturado em oito eixos diferentes, são eles:

Eixo 0: Módulo Básico; Eixo 1: Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação; Eixo 2: Organização e Representação da Informação; Eixo 3: Recursos e Serviços de Informação; Eixo 4: Políticas e Gestão de Ambientes de Informação; Eixo 5: Tecnologias de Informação e Comunicação; Eixo 6: Pesquisa em Biblioteconomia e Ciência da Informação; Eixo 7: Estágios e Atividades Complementares (BRASIL, 2017, p. 12).

O projeto também apresenta o perfil do ingressante e as competências, habilidades e atitudes que ele precisa desenvolver para que sejam profissionais, bem como (BRASIL, 2017, p. 42):

autônomo e apto para o desempenho das atividades do ciclo informacional (produção, organização, gestão, mediação, acesso, uso e apropriação da informação);
autônomo e apto para desenvolver na sociedade a competência em informação e propiciar a democratização da informação em suas múltiplas dimensões;
capaz de atuar nos processos de construção e reconstrução da realidade social de modo crítico e reflexivo;
capaz de agir com proficiência, criatividade e ética no enfrentamento dos problemas em suas práticas profissionais;
capaz de empenhar-se no processo contínuo de seu aprimoramento profissional;
capaz de comprometer-se com o desenvolvimento científico e tecnológico de seu campo de atuação.

Oferece direções para o estágio supervisionado, trabalho de conclusão do curso, atividades complementares, avaliação, integração ensino, pesquisa e extensão, ementário das disciplinas e bibliografia básica e complementar (BRASIL, 2017).

Também apresenta orientações relacionadas à implantação do curso, que será mediante processo seletivo, sob a responsabilidade de cada IES. A mediação entre alunos e tutor será feita através do AVA, onde o aluno também encontrará o material didático e irá interagir com os outros alunos. O aluno também contará com um apoio pedagógico que poderá ser a distância ou presencialmente no polo, o qual o discente estará vinculado. A cada semestre terá avaliações presenciais e, ao fim do curso, obterá um diploma com a mesma qualidade do presencial (BRASIL, 2017).

Não há indicação sobre que AVA utilizar, devendo a instituição decidir por tal infraestrutura e gestão.

O acordo entre o CFB e a CAPES, permitiu que o desenvolvimento do curso, cada etapa fosse analisada com todo o cuidado, desde a definição do Projeto Pedagógico até a escolha das instituições e profissionais envolvidos; além da comissão de gestão formada por profissionais de ambas as instituições que foi nomeada para que a implementação do projeto ocorra dentro da filosofia e qualidade esperada (ROZADOS; BARBALHO, 2015).

Oficialmente o curso foi lançado em plenária realizada no Auditório Anísio Teixeira, sede da Capes em Brasília no dia 23 de março de 2018 e contou com a presença das professoras desenvolvedoras e do presidente do CFB.

Paralelamente ao lançamento oficial do curso ocorreu a divulgação do edital 05/2018 que torna público a seleção de instituições que queiram ofertá-lo à distância a partir de parceria já em 2019.

4 ASPECTOS COMUNS E DISSONANTES ENTRE O PROJETO BibEAD E OS ATUAIS CURSOS DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA EAD OFERECIDOS POR INSTITUIÇÕES

Nesta seção, busca-se identificar os cursos de biblioteconomia na modalidade a distância atuantes no estado do Rio de Janeiro e analisar os aspectos comuns e dissonantes desses cursos com o previsto no projeto BibEAD no que tange a carga horária, disciplinas, prática de estágio supervisionado e sistema de avaliação.

4.1 UNIVERSIDADES QUE ATUAM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

As instituições privadas que ofertam o curso de biblioteconomia na modalidade à distância no estado do Rio de Janeiro são a UNIVERSO e a CEUCLAR. Enquanto a sede da UNIVERSO se encontra no próprio estado do Rio de Janeiro, no município de Niterói, o da CEUCLAR encontra-se no município de Batatais, no estado de São Paulo. Ambos os cursos são de bacharelado e privado. Atualmente o investimento em mensalidade do primeiro curso é de R\$ 275,00 reais mensais e da segunda de R\$ 356,00.

Os cursos foram aderidos recentemente ao portfólio destas instituições. A UNIVERSO tem mais de 50 anos de atuação, porém o ensino a distância teve início em 1990, sendo criado apenas em 2003 o departamento de ensino a distância (DEAD), que possui estrutura organizacional própria. O curso de biblioteconomia passou a ser ofertado no ano de 2014, sob a coordenação da Professora Helba Maria da Silva Mattos Porto de Oliveira.

Já o curso de biblioteconomia da CEUCLAR é mais recente, tendo sido ofertado no ano de 2017, sob a coordenação da Profa. Dra. Alinde G. C. Brito. No entanto, a CEUCLAR atua na educação desde 1925. Iniciou a sua trajetória com um internato, transformando-se em décadas depois no Centro de Ensino Superior e, em 1970, fundou a Escola superior de educação física e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “José Olympio”. Foi credenciada como Centro Universitário Claretiano por meio do decreto presidencial de 25 de abril de 2001 e, em 2002, passou a investir na modalidade a distância (CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO, 2018).

O curso de Biblioteconomia da CEUCLAR tem por objetivo formar profissionais capazes de desenvolver:

Conhecimentos em gestão da informação, fundamentos da educação, pesquisa e automação e informatização, entre outros, que serão fundamentais para que você possa desenvolver suas habilidades em preservação, conservação e tratamento de livros e documentos, catalogação e armazenamento de informações, análise e organização de livros, documentos, revistas, fotos, filmes e vídeos (CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO, 2018).

Os polos da CEUCLAR estão distribuídos em quase todos os estados do país, enquanto os da UNIVERSO concentram-se em oito deles. No Estado do Rio de Janeiro, a CEUCLAR tem polos em cinco municípios, como: Campos dos Goytacazes, Macaé, Petrópolis, Rio de Janeiro e Volta Redonda. Já os da UNIVERSO se encontram nos seguintes municípios: Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Niterói, Nova Friburgo e São Gonçalo, de acordo com o sistema e-MEC (BRASIL, 2018). O número de municípios que ambas as instituições atuam é o mesmo, o grande aspecto dissonante se concentra no número de vagas por polo. Enquanto a UNIVERSO oferta 60 vagas por polos, a CEUCLAR oferta apenas uma vaga por polo.

4.2 CURSOS EAD EM BIBLIOTECONOMIA PRESENTES NO ESTADO DO RJ X CURSO BibEAD

Os cursos de biblioteconomia na modalidade a distância da UNIVERSO e da CEUCLAR apresentam diferenças em muitos aspectos, tais como carga horária e número de semestres. Comparando estas informações com o projeto pedagógico do BibEAD foi possível sistematizar a seguinte tabela:

Tabela 1: Análise das características dos cursos EAD

Curso	Carga horária	Número de semestres
UNIVERSO	2400h	8
CEUCLAR	2655h	6
BibEAD	2895h	8

Fonte: Autora (2018).

A partir dos dados dispostos na tabela, é possível verificar que o projeto do BibEAD se configura como o curso com a maior carga horária, se aproximando dos cursos de biblioteconomia presenciais ofertados pelas universidades públicas (BRASIL, 2017).

O currículo do curso da CEUCLAR é composto de 28 disciplinas, sendo 26 obrigatórias e 2 optativas. Das disciplinas obrigatórias, 22 são de núcleo específico biblioteconômico e 6 de núcleo geral, ou seja, envolvem aspectos relacionados a linguagem, comunicação e cultura

(CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO, 2018). Entre as disciplinas obrigatórias está previsto 1 prática de estágio supervisionado, com 300h. As cargas horárias das disciplinas variam entre 30 (disciplina optativa) e 90 horas (disciplina obrigatória).

Já o currículo do curso da UNIVERSO é composto de 51 disciplinas divididas, sendo 49 obrigatórias e 02 optativas. As disciplinas obrigatórias são divididas em: teóricas, teórico-práticas e práticas. Entre as disciplinas obrigatórias estão previstas 2 práticas de estágio supervisionado e 02 disciplinas relacionadas a Trabalho de Conclusão do Curso (UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA, 2018). As cargas horárias das disciplinas variam entre 30 (disciplina optativa) e 135 horas (disciplina obrigatória).

O currículo do curso BibEAD apresenta 64 disciplinas em seu currículo, sendo estas, divididas a partir dos oito eixos temáticos, sendo um deles básico, composto de disciplinas relacionadas a linguagem e comunicação. O curso compreende a sua carga horária em 44 disciplinas obrigatórias, 12 disciplinas optativas, 4 disciplinas de estágio supervisionado, 2 disciplinas de Trabalho de conclusão do curso, 2 disciplinas de seminário temático e atividades complementares. As disciplinas podem ter uma carga horária que varia entre 30h, 45h e 60h, um aspecto inerente a todos os três cursos.

Analisando os 3 currículos, verificamos que o Estágio Supervisionado é o aspecto mais dissonante, vejamos:

Tabela 2 : Análise do estágio supervisionado

Cursos	Carga horária total da disciplina	Número de disciplinas	Especificação do tipo de unidade em que deve ser desenvolvida
UNIVERSO	270	2	Não
CEUCLAR	300	1	Não
BibEAD	240	4	Sim

Fonte: Autora (2018)

O curso BibEAD é o único que indica os locais aonde as práticas de estágio supervisionado devem ser realizadas, tais como: públicas, escolares, especializadas e universitárias. Consideramos este é um aspecto que deveria ser revisto numa posterior atualização do PPC dos cursos da UNIVERSO E CEUCLAR, haja vista que torna o processo de estágio e suas diretrizes mais transparentes para o discente, bem como, evita problemas de ordem administrativa, tais como cumprir estágio em um tipo de organização não prevista ou conveniada pelo curso.

No que tange a avaliação do Estágio Supervisionado, o curso BibEAD prevê a apresentação de um relatório e que esta prática deve ser supervisionada por um docente e um

bibliotecário devidamente registrado no órgão de classe de seu estado (BRASIL, 2017). Já o curso da CEUCLAR não apresenta o modo de avaliação da disciplina do Estágio Supervisionado, e o curso da UNIVERSO prevê a apresentação presencial do projeto de estágio e sua avaliação pelo tutor a distância (UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA, 2018).

No que se referem as atividades complementares, o PPC do curso da Universo prevê a existência de atividades extensionistas, científicas e culturais, já o projeto BibEAD indica as participações em eventos, projetos de extensão, além de publicações acadêmicas e científicas. No curso da CEUCLAR não há indicação.

Comparando o sistema de avaliação, no curso BibEAD as diretrizes são mais gerais, indicam apenas que feitos técnico-científico, didático-pedagógico e atitudinais (participação, assiduidade, conduta ética, criatividade) devem ser avaliados, mas o modo de avaliação fica a cargo da instituição (BRASIL, 2017). O curso da UNIVERSO prevê dois tipos de avaliação: uma atividade desenvolvida no AVA e uma avaliação presencial no polo de origem do aluno. Já o curso do CEUCLAR indica que o estudante precisa comparecer e realizar provas presenciais no polo três vezes no semestre.

O número de vagas ofertadas, o número de polos, o quadro de docentes ou o ambiente virtual que será utilizado no BibEAD, ficam a cargo de cada instituição que adotar o curso. No entanto, no fluxograma do curso da UNIVERSO é possível conferir o corpo docente que atua no curso.

O corpo docente do curso de biblioteconomia da UNIVERSO é composto por 19 docentes, que em alguns casos, podem ministrar até seis disciplinas. Desse número de docentes, 13 são mestres, 4 doutores e 2 especialistas. Sendo importante ressaltar que apenas 5 possuem formação em Biblioteconomia (UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA, 2018). As informações do corpo docente da CEUCLAR não se encontram disponíveis no site da instituição e não foi possível obtê-las através da seção fale conosco.

O curso da UNIVERSO conta com o Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade Salgado de Oliveira acessível para estudantes com necessidades especiais. A CLARETIANO utiliza a sala de aula virtual (SAV) em que o aluno acessa o material didático, assim como as ferramentas de fórum, mural e chat. Já o curso BibEAD utilizará o AVA das universidades em que operar, haja vista que no âmbito do sistema UAB não há um ambiente único.

Um dos aspectos em comum dos cursos é que todos apresentam e esperam o mesmo perfil de ingresso. Sendo um curso de ensino superior é necessário que o aluno tenha o ensino

médio completo e aprovação no vestibular, sendo o mais utilizado, o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Dadas a consulta de todas as informações, o projeto BibEAD vem com um aspecto inovador e promete acrescentar na área de biblioteconomia. A partir do projeto pedagógico conclui que o curso foi bem estruturado, de acordo com as diretrizes curriculares, mas que as IPES têm um papel fundamental no seu desenvolvimento. Também observa que os cursos ofertados pelas instituições privadas acontecem como o esperado, com as diretrizes estabelecidas pelo MEC, mas os sites das instituições carecem de algumas informações. No mais, chegou-se à conclusão que a modalidade a distância tem cumprido com o papel de levar o ensino a lugares que a educação presencial ainda não atende.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção apresentaremos os dados coletados via questionário e que fora aplicado aos discentes e docentes dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia da UFF, UNIRIO e UFRJ.

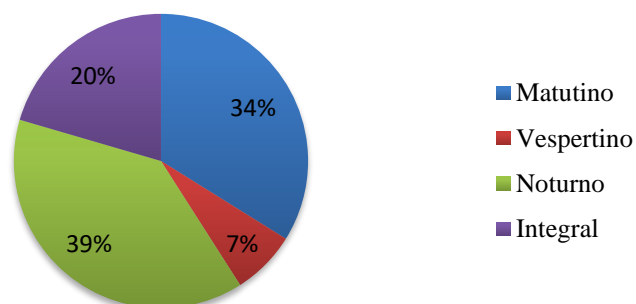
5.1 RESPOSTAS DOS DISCENTES

O questionário dos discentes foi dividido em 04 grandes seções: identificação da população, experiência com os recursos midiáticos e aportes de instrumentos da EAD, percepção do curso de biblioteconomia presencial e a expectativa acerca da implantação do curso BibEAD. Tendo aplicado o instrumento aos estudantes das três universidades nossa taxa final de respostas foi de 127 alunos.

Na primeira questão, buscamos identificar a instituição de origem dos correspondentes, sendo assim obtivemos: 18% da UFF, 17% da UFRJ e 65% da UNIRIO.

Na segunda questão, analisamos os respectivos turnos a que essa população pertencia. Como demonstra o gráfico 1, a maior concentração de respondentes está no turno noturno, com 39%.

Gráfico 1: Turno dos alunos

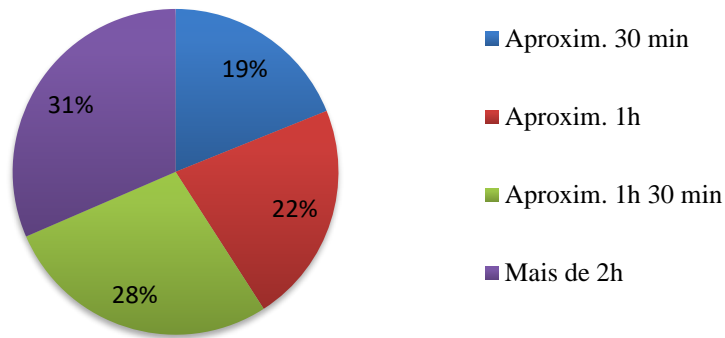


Fonte: Autora (2018).

No próximo item, analisamos se a população residia próximo da universidade e constatamos que 69,3% não e 30,7% sim. Buscando também investigar o quão longe esses estudantes se encontravam, a próxima questão consistia em investigar o tempo de locomoção

até a universidade. Conforme o gráfico 2, pode-se afirmar que mais da metade da população gasta, no mínimo, 1 hora e 30 minutos de deslocamento.

Gráfico 2: Tempo de deslocamento dos alunos

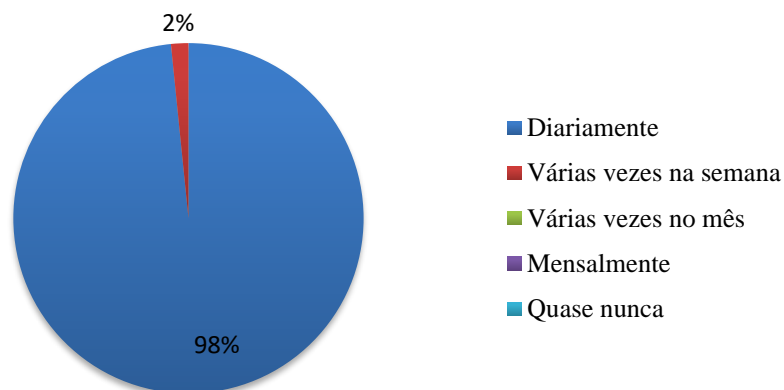


Fonte: Autora (2018).

Também averiguamos a ocupação desses estudantes, sendo assim temos: 31,5% apenas estudam; 25,2% estudam e trabalham e 43,3% estudam e estagiam.

Do mesmo modo, analisamos a frequência do acesso à internet, pois para a realização de um curso ou uma disciplina a distância, ter um bom acesso à internet é essencial. Dentre o total de respondentes, 98% afirmaram acessar a internet todos os dias, como apresenta o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Frequência do acesso a internet

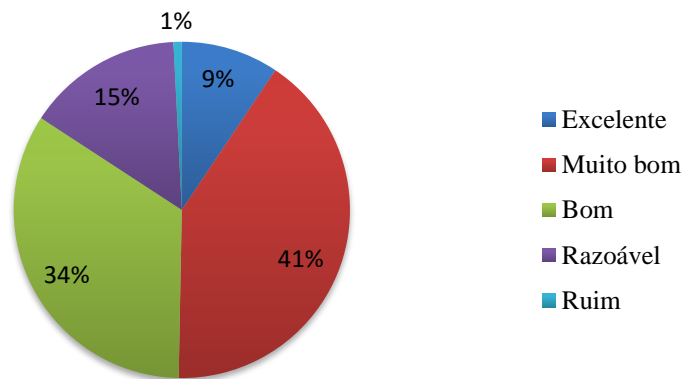


Fonte: Autora (2018).

Numa pesquisa posterior consideramos adequado verificar se este acesso ocorre a partir de dispositivos móveis ou desktop, se é via 3G ou wifi e se ocorre em casa, na universidade ou ambiente de trabalho.

Tendo em vista que as práticas de educação a distância são realizadas utilizando tecnologia e informática, investigamos o nível de conhecimento de informática destes discentes. A maior parte dos respondentes classificou seu conhecimento como muito bom e bom, como pode ser visualizado no gráfico 4.

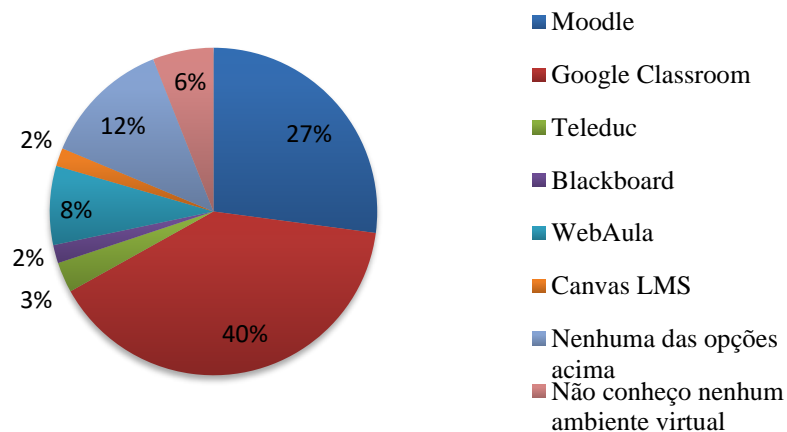
Gráfico 4: Conhecimento de informática



Fonte: Autora (2018).

No tocante às experiências com o ensino a distância, investigamos quais os ambientes virtuais mais conhecidos dessa população. Desta forma, é possível verificar no gráfico abaixo que, respectivamente, os ambientes virtuais de aprendizado mais conhecidos são: Google Classroom, com 40% e o Moodle, com 27%. No entanto, é importante destacar que 12% dessa população não conhece, e, conseqüentemente, nunca utilizou nenhum dos ambientes apresentados.

Gráfico 5: Ambientes virtuais mais conhecidos



Também investigamos se os alunos já tinham feito algum curso a distância, desta forma obtivemos que 34,6% já havia cursado e 65,4% ainda não teve esta experiência. Aos estudantes que responderam sim, na próxima questão, solicitamos que indicassem quais. Os cursos citados foram:

Tabela 3: Cursos livres já realizados pelos estudantes na modalidade EAD

Cursos	Média de respostas
Idiomas (Inglês, Francês, Espanhol)	10
Propriedade Intelectual e Tecnologias da Informação	2
Editoração eletrônica	1
Gestão da informação e de Documentos	2
Google analytics	1
Sistema SEI	1
Ortografia e revisão de textos	2
Gestão de pessoas	1
Técnico de edição de vídeo, Áudio e TV	1
Tecnologias gráfica (Photoshop)	1
Inteligência Competitiva	1
Normas de documentação (ABNT)	1
Gestão da qualidade	1
Informática (excel, word, manutenção de computadores)	8
Técnico em Design de interiores	2
Gestão de Políticas Públicas	1
Preparatório para concurso	1
Técnico em biblioteconomia	1
Gestão de acervos	1
Tecnólogo em logística	1
Pós-graduação (História, Pedagogia, Administração)	4
Educação e Cidadania para o Meio Ambiente	1
Educação financeira	1

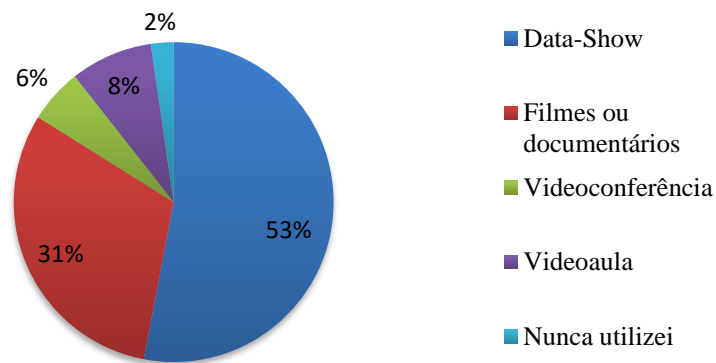
Fonte: Autora (2018).

A partir da análise desta questão, observamos que há grande diversidade nas respostas e, portanto, nas áreas abordadas. No entanto, também é importante assinalar que também verificamos cursos da área de Biblioteconomia como: Gestão da informação e de Documentos, Aperfeiçoamento em gestão de acervos e Inteligência Competitiva, o que nos leva a acreditar

que dentre esses futuros profissionais, há quem esteja investindo em seu processo de formação continuada.

Questionamos quais os recursos midiáticos os alunos já utilizaram/experimentaram em sua graduação presencial, desta forma verifica-se: Data-Show, com 53% e filmes e documentários com 31%, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 6: Recursos midiáticos mais utilizados na graduação



Fonte: Autora (2018).

Na décima segunda questão, buscamos conhecer o nível de satisfação da população com o curso de biblioteconomia presencial. Sendo assim, a maior parte dos respondentes se mostraram parcialmente satisfeitos, como apresenta a tabela a seguir:

Tabela 4: Nível de satisfação dos alunos com o curso de biblioteconomia presencial

Nível de satisfação	Média de respostas
Totalmente insatisfeito	1,6%
Parcialmente insatisfeito	14,2%
Não satisfeito, nem insatisfeito	18,1%
Parcialmente satisfeito	53,5%
Totalmente satisfeito	12,6%

Fonte: Autora (2018).

Em pesquisas posteriores sugerimos que este aspecto seja avaliado com maior profundidade e que se investiguem sob quais prismas centra-se esse nível de satisfação.

Ainda sobre o curso presencial, no próximo item, questionamos se os discentes consideravam que alguma disciplina do curso presencial, deveria ser ofertada a partir de AVA. Os percentuais de respostas foram equilibrados, sendo: 49,6% não e 50,4% sim.

Quando perguntado sobre a disciplina em questão, obtivemos as respostas que seguem na tabela abaixo. É importante indicar que transcrevemos as disciplinas segundo indicação dos respondentes x análise da matriz curricular dos cursos analisados:

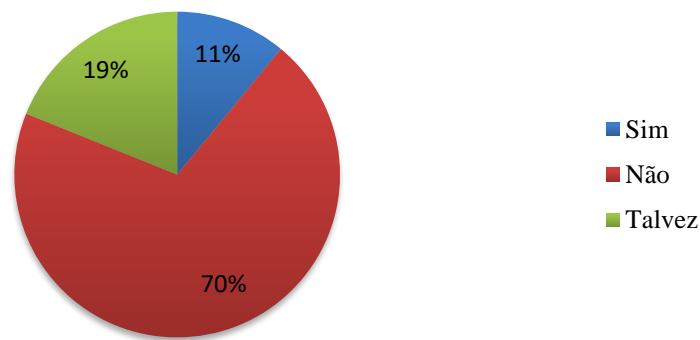
Tabela 5: Disciplinas que podem ser ofertadas através de um ambiente virtual de aprendizagem

Disciplinas	Média de respostas
Ética e informação	4
Ética profissional	10
Introdução à Psicologia	5
Normalização Documentária	2
Tecnologia da Informação e Processos de Automação	11
Normas e Padrões no Tratamento e Recuperação da Informação	2
Introdução às Ciências Sociais	5
Lógica	1
Redes e Sistemas de Informação	11
Introdução à Administração	1
Serviço de Referência	1
Estudos de Usuários	1
História do Brasil III	3
Técnicas de Recuperação e Disseminação da Informação	2
Fundamentos de Inglês Instrumental	8
Representação Descritiva	1
Administração I	1
Biblioteconomia Digital	2
Bibliografia Literária	1
História do Livro e das Bibliotecas.	3
Fundamentos da Bibliografia	1
Fontes de Informação Gerais	2
Tecnologias de Reprodução e Armazenamento de Documentos	1
Automação de Unidades de Informação	1
Leitura e Interpretação em Língua Inglesa	2
História da Tecnologia	1

Fonte: Autora (2018).

Na próxima questão, investigamos se algum dos respondentes teria optado pelo curso na modalidade EAD quando prestou vestibular e foi constatado que 70% não, como demonstra o gráfico 7.

Gráfico 7: Escolheria o curso a distância



Fonte: Autora (2018).

É importante indicar que a maior parte dos discentes sugere a oferta de uma ou mais disciplinas de modo semipresencial ou a distância, mas não necessariamente gostariam de cursar toda graduação a distância.

Também investigamos através de 4 questões objetivas, quais as expectativas e percepções dos discentes sobre a oferta do curso BibEAD, tais resultados seguem abaixo.

A décima sexta questão, analisou se os alunos tinham conhecimento do projeto BibEAD, sendo assim temos: 38,6% sim, 37% parcialmente e 24,4% não. Portanto, foi possível constatar que o projeto ainda é desconhecido por muitos alunos e por tratar-se de uma grande inovação no ensino da área sugerimos que este seja mais divulgado.

Na próxima questão, investigamos o grau de concordância com o oferecimento do BibEAD, sendo assim verificamos que a maior parte da população concorda, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 6: Nível de concordância dos alunos com a institucionalização do BibEAD

Nível de concordância	Média de respostas
Discordam totalmente	10,2%
Discordam parcialmente	15,7%

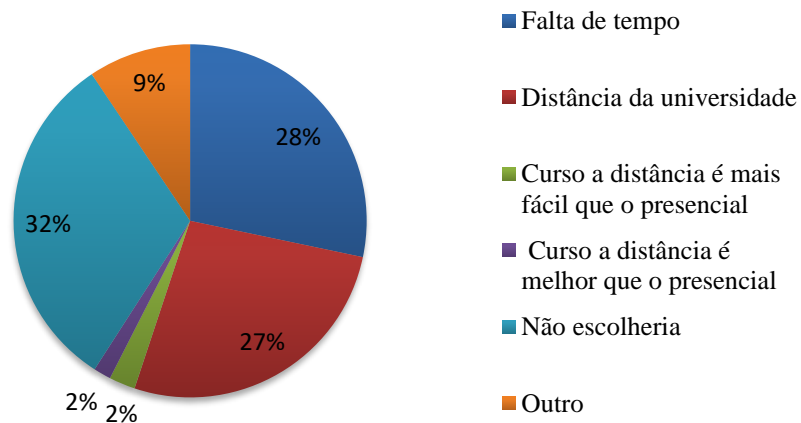
Não concordam, nem discordam	19,7%
Concordam parcialmente	26,8%
Concordam totalmente	27,6%

Fonte: Autora (2018).

Na próxima questão, quando perguntado se os alunos concordavam com o oferecimento do BibEAD na universidade em que estudam, 64,6% responderam sim e 35,4% responderam não. Comparando com a questão anterior, observa que a maior parte dos discentes concordam tanto com a institucionalização do curso na modalidade a distância, quanto com a sua oferta na universidade em que estudam.

Na décima nona questão, verificamos qual seria a principal justificativa se os alunos optassem por um curso a distância, de tal forma que 32% responderam que não escolheriam. Para os que indicaram que fariam um curso em EAD, o maior percentual 28% indicou a falta de tempo para frequentar diariamente um curso, a segunda mais marcada, foi a distância da universidade.

Gráfico 8: Justificativa para cursar biblioteconomia a distância



Fonte: Autora (2018).

Aos alunos que marcaram a alternativa “outros”, solicitamos que na próxima questão justificassem tal resposta. Sendo assim, os respondentes indicaram:

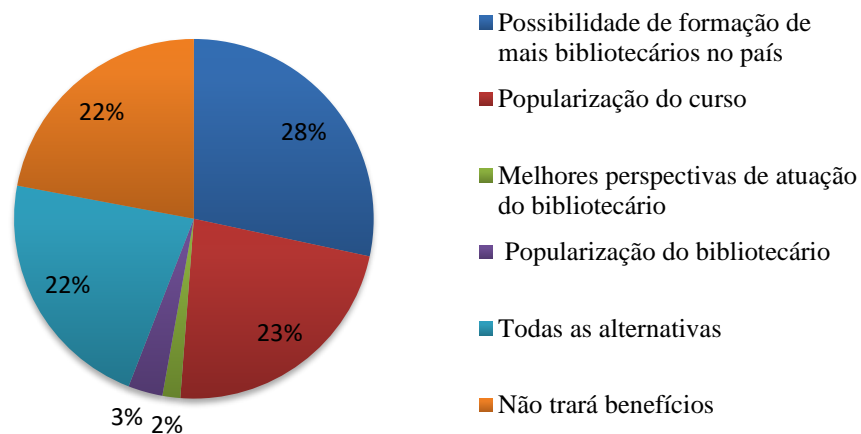
Tabela 7: Outras justificativas para cursar biblioteconomia a distância

Justificativa: Outros	Média de respostas
Dificuldade financeira para manter o curso	2
Dificuldade para conciliar universidade e trabalho	2
Distância da universidade	1

Fonte: Autora (2018).

Na última questão, questionamos sobre quais os benefícios que o BibEAD oferecerá ao país, e como demonstra o gráfico, a maior parte da população espera resultados positivos.

Gráfico 9: Benefícios do BibEAD



Fonte: Autora (2018).

Assim, conclui-se que os alunos acreditam que o BibEAD é uma iniciativa que trará avanços e benefícios para o campo de biblioteconomia. É oportuno informar que este curso oportunizará criação de novos espaços de trabalho, tais como: bibliotecários das unidades de informação existentes nos polos, licenciados e bacharéis que poderão atuar como tutores, conteudistas e professores das disciplinas.

5.2 RESPOSTAS DOS DOCENTES

O segundo grupo de análise são os docentes dos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia da UFF, UNIRIO e UFRJ, após aplicação dos questionários tivemos um total de 25 professores.

Na primeira questão, referindo-se à universidade de origem, 56% declarou atuar na UNIRIO, 28% na UFF e 16% na UFRJ. A maior parte dos docentes, assim como os alunos, são da universidade da autora.

Na segunda questão, verificamos se os docentes concordam que mediação tecnológica propicia benefícios na aprendizagem dos alunos. Os resultados são sistematizados na tabela a seguir:

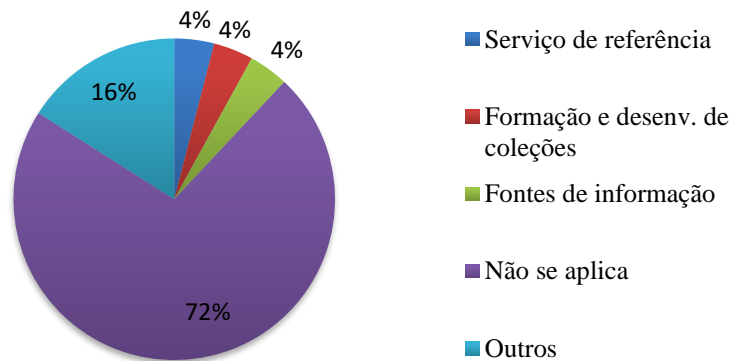
Tabela 8: Nível de concordância com os benefícios da mediação tecnológica nas aulas

Nível de concordância	Média de respostas
Discordam totalmente	0%
Discordam parcialmente	4%
Não concordam, nem discordam	12%
Concordam parcialmente	40%
Concordam totalmente	44%

Fonte: Autora (2018).

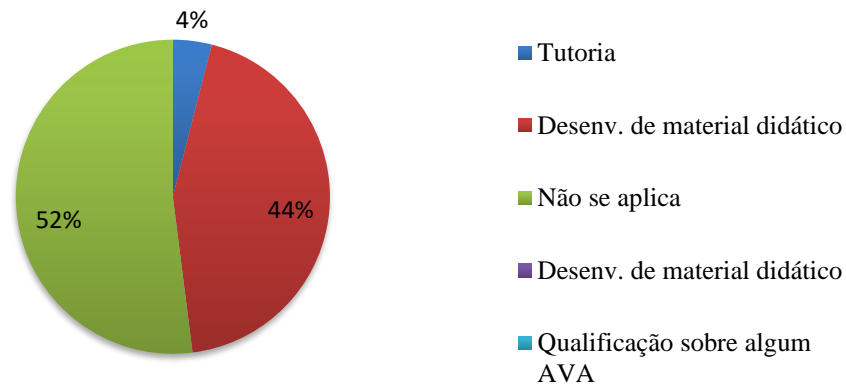
No próximo item, quando perguntamos se os docentes já fizeram algum curso de capacitação a distância, 72% das respostas foram afirmativas e 28% negativas. Na próxima questão, investigamos se eram no campo da biblioteconomia e foi constatado que não, pois 72% responderam que não se aplica, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 10: Cursos de capacitação a distância no campo de biblioteconomia



Fonte: Autora (2018).

Na quinta questão, investigamos se algum docente realizou um treinamento para atuar em EAD, e se sim, qual o tipo. Dentre o total de respondentes, 52% responderam que não se aplica, como apresenta o gráfico 11. Para os que indicaram que já realizaram, verificamos maior ocorrência em cursos relacionados ao desenvolvimento de material didático e de tutoria.

Gráfico 11: Treinamento para atuar em cursos a distância

Fonte: Autora (2018).

Na sexta questão, solicitamos que cada docente indicasse a disciplina por qual é responsável ou atuavam no curso presencial. É importante destacar que representamos por grandes áreas, ou seja, não nos limitamos a sequenciamento em I, II e II, por exemplo. Desta forma tivemos:

Tabela 9: Disciplinas ministradas pelos respondentes

Disciplinas	Média de respostas
Representação Descritiva	3
Fundamentos da Biblioteconomia	3
Fundamentos da Bibliografia e da Documentação	3
Controle bibliográfico	2
Tratamento e Recuperação da Informação	1
Tecnologias da Informação	1
Administração de Unidades de Informação	1
Fundamentos Arquivísticos	2
Organização e Descrição de Arquivos	1
Biblioteconomia Digital	1
Inglês Instrumental	1
Normas e Padrões para o Tratamento e Recuperação da Informação	1
Comunicação Científica	2
Metodologia da Pesquisa em Biblioteconomia	3
Análise da Informação	1
Tecnologias de Reprodução e Armazenamento de Documentos	1
Laboratório de Representação Notacional	1

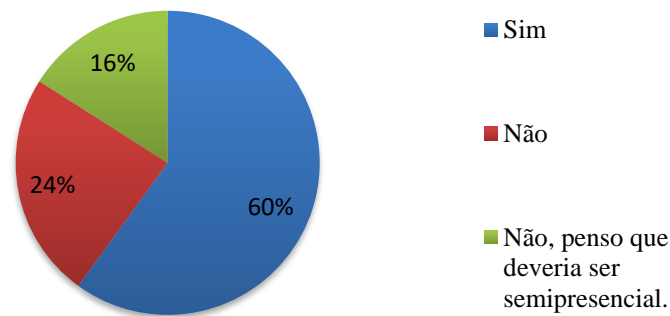
Preservação e Conservação de Acervos Documentais.	1
Fundamentos de Bibliometria	1
Serviço de Referência e Informação	1
Introdução à Biblioteconomia	1
Fundamentos teóricos em Informação I	1
Teoria das Organizações	1
Processo Decisório e Finanças em Unidades de Informação	1
História do Registro da Informação	1
Teoria e Gestão de Livros Raros	1
Conservação e Preservação de Suportes Informacionais	1
Organização, tratamento e recuperação da informação e do conhecimento	1
Biblioteconomia Comparada e Internacional	1
Filosofia da Biblioteconomia	1
Introdução à Ciência da Informação	1
Gestão de Bibliotecas I	1
Ética Profissional	1
Organização e administração de bibliotecas	1
Formação e Desenvolvimento de Coleções	1

Fonte: Autora (2018).

No próximo item, perguntamos se os docentes tinham conhecimento da Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, expedida pelo MEC que declara que as instituições de Ensino Superior no Brasil poderão oferecer até 20% de suas disciplinas na forma de cursos não presenciais, sendo assim temos: 84% sim e 16% não. Tendo em vista o percentual negativo consideramos que este aspecto deve ser debatido no âmbito dos colegiados de curso que devem ocupar-se de evidenciar tais possibilidades aos docentes. É importante mencionar que a utilização de AVA's não necessariamente deve se restringir ao oferecimento de disciplinas totalmente a distância, podemos utilizá-los para operar os créditos práticos das disciplinas, bem como, plataformas de exercícios e outras intervenções pedagógicas.

Também questionamos se tendo em vista o disposto na portaria acima mencionada, consideravam adequada a oferta de 20% da sua disciplina na modalidade a distância e obtivemos 60% de respostas afirmativas, como apresenta o gráfico 12. Pelo dado apresentado, verificamos que a maior parte da população é favorável a esta iniciativa.

Gráfico 12: Oferta de 20% da disciplina a distância



Fonte: Autora (2018).

No tocante ao projeto BibEAD, analisamos qual o grau de concordância com a oferta do mesmo. A partir dos dados levantados, observa-se que os percentuais de repostas estão equilibradas.

Tabela 10: Nível de concordância dos docentes com a institucionalização do BibEAD

Nível de concordância	Média de repostas
Discordam totalmente	8%
Discordam parcialmente	16%
Não concordam, nem discordam	20%
Concordam parcialmente	32%
Concordam totalmente	24%

Fonte: Autora (2018).

Solicitamos aos docentes que tivessem indicado que não concordavam com o curso ou que concordavam parcialmente que justificassem sua resposta. No entanto, para nossa surpresa todos os respondentes responderam a questão e os dados são sistematizados abaixo:

Tabela 11: Motivos para não concordância com a institucionalização do BibEAD

Motivo para não concordância	Média de repostas
Consideram o crescimento da EAD uma ameaça ao ensino presencial e a figura da universidade pública, gratuita e de qualidade;	12,5%
Ementário das disciplinas;	4,2%
Perfil esperado para o egresso	4,2%
Indicação das competências técnico-científicas, gerenciais e sociais e políticas	4,2%

Não é contra, concorda parcialmente	4,2%
Nenhuma das alternativas acima	41,7%
Não há garantia da qualidade de ensino e outros	4,2%
A proposta não é adequada	4,2%
Não considera que o momento político do país seja adequado	4,2%
Todas as alternativas acima	4,2%

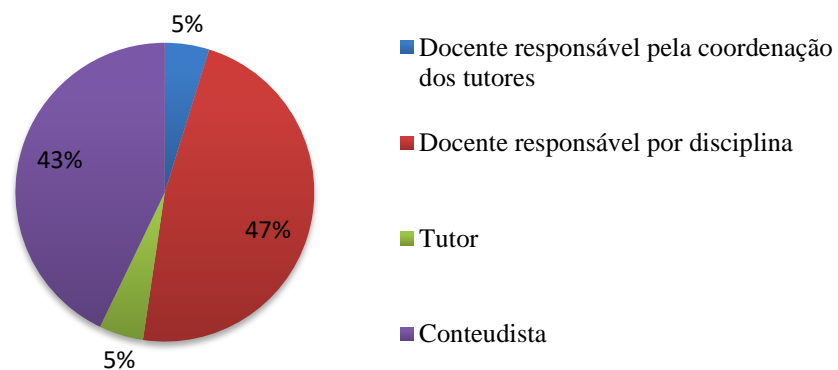
Fonte: Autora (2018).

Quando perguntado se os docentes concordam com a institucionalização do curso BibEAD na universidade em que atuam, 52% das respostas foram positivas e 48% negativas. Observa que apesar da pequena diferença, a maior parte dos docentes concorda tanto com a institucionalização do projeto, quanto sua oferta na universidade em que atuam.

As duas questões anteriores merecem maior aprofundamento em estudos posteriores, ou seja, que se dediquem a investigar os motivos que levam os professores a não concordar com a sua universidade oferecer o curso e também sobre a não concordância com a institucionalização do curso BibEAD.

Na próxima questão, analisamos se caso o docente venha atuar no curso de bacharelado em biblioteconomia na modalidade a distância, em que posição gostaria de atuar. A pergunta era optativa, mas obtivemos 21 respostas. A partir da análise das respostas, duas posições ficaram em destaque: conteudista, com 43%, e docente responsável por disciplina correspondendo a 47%, como apresenta o gráfico a seguir:

Gráfico 13: Atuação dos docentes no curso de biblioteconomia a distância

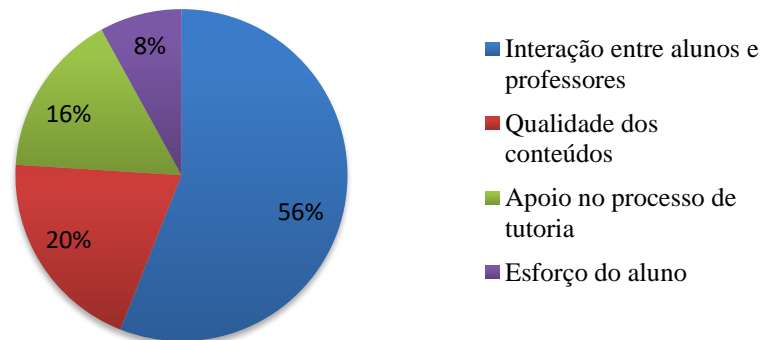


Fonte: Autora(2018).

Na próxima questão, questionamos sobre quais os fatores críticos para o sucesso do projeto. Após a análise dos dados, percebeu-se que a questão deveria ser optativa, pois o docente

contra a oferta do BibEAD, pode não acreditar no sucesso do projeto ou assinalar não se aplica. No entanto, segundo o gráfico 14, mais da metade da população acredita que o fator principal dentre os apresentados é a interação entre alunos e professores.

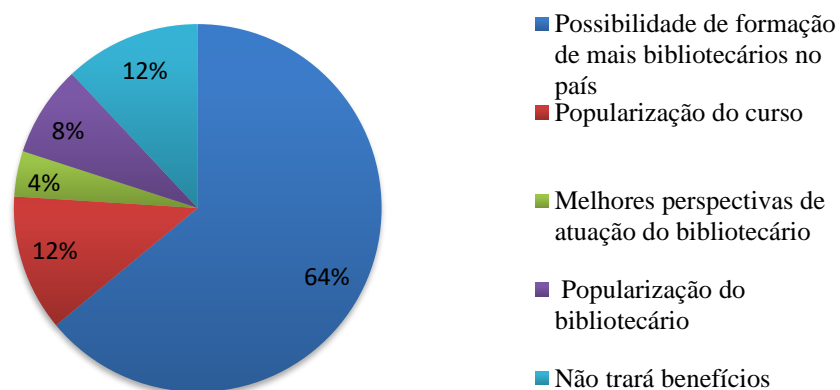
Gráfico 14: Fatores críticos para o sucesso do BibEAD



Fonte: Autora (2018).

Na última questão, assim como no questionário dos alunos, analisamos quais os benefícios que o curso trará ao país. Percentualmente os benefícios indicados foram:

Gráfico 15: Benefícios do BibEAD



Fonte: Autora (2018).

Nosso estudo concluiu que embora a maioria dos docentes concorde com a institucionalização do curso, o presente projeto não tem total concordância. Acreditamos que avaliar um projeto desta natureza sem observar sua efetiva implantação foi um grande desafio aos docentes e que o atual momento econômico, político e social influenciou nestas análises.

Igualmente é importante indicar que a mercantilização da EAD, no âmbito privado e a criação de conglomerados empresariais tem impactado a credibilidade dos projetos desta natureza.

Embora não seja objetivo e componente metodológico deste estudo, a autora realizou contato verbal com alguns professores das três universidades analisadas e pode perceber que a maior parte dos docentes se revela preocupada com o avanço da EAD ou iniciativas que em última instância podem contribuir para o desmonte da universidade pública presencial. Para alguns, o cenário social e político tem nos tornados pessimista e excessivamente receosos, outro ponto levantado foi a ideia legislativa cadastrada no site do Senado Federal sobre a extinção dos cursos de humanas nas universidades públicas que recentemente foi amplamente divulgada em diversos veículos de comunicação.

Contradições a parte são lícitas e aceitamos todas estas opiniões, bem como, sugerimos investigações mais aprofundadas, principalmente, após a efetiva implantação do curso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou investigar as percepções e expectativas dos docentes e discentes dos cursos presenciais de Bacharelado em Biblioteconomia frente a institucionalização do BibEAD e, ao mesmo tempo, verificar o uso dos aportes EAD na graduação de biblioteconomia.

Optamos pela seleção deste objeto de estudo devido a aproximação da institucionalização do BibEAD. Embora a proposta seja de âmbito nacional, centramos nossa análise nas universidades do estado do Rio de Janeiro, a saber: UFF, UFRJ e UNIRIO. Também decidimos pela realização desta pesquisa pois verificou-se que há pouca literatura sobre EAD no âmbito da biblioteconomia, desta forma, ainda que de maneira limitada e simbólica pensamos que estamos contribuindo com o debate. Acreditamos que o mesmo será ampliado e refletirá em maiores taxas de publicação após a primeira oferta do curso BibEAD em 2019.

Após o estudo, concluímos que o objetivo principal de debater o oferecimento do BibEAD foi alcançado. Para tanto, foi necessário responder os objetivos específicos da pesquisa.

No primeiro momento, examinamos o PPN do BibEAD para entendermos a proposta, pois embora tenhamos a certeza de que se trata de uma inovação nas IPES, emerge a preocupação com a qualidade do curso. Tendo em vista os nomes que compõe a equipe técnica, a chancela do CFB e CAPES, ementário, definição dos eixos e disposição dos atos acreditamos que o curso a distância apesar de suas particularidades manterá a égide de qualidade dos atuais cursos presenciais. Nosso princípio se fundamenta também pelo renome das atuais universidades presenciais e que serão as gestoras e responsáveis pela efetiva implantação do curso. Vale destacar que atualmente nenhuma universidade pública que oferece o curso presencial de Bacharelado em Biblioteconomia tem conceito menor que 03, portanto, este é um indicativo de qualidade.

Para uma melhor análise, tendo em vista que algumas universidades privadas já ofertam o curso de biblioteconomia a distância, investigamos os aspectos comuns e dissonantes entre esses cursos e o BibEAD, restringimos nossa análise às universidades que atendem ao estado do Rio de Janeiro, a saber: CEUCLAR e UNIVERSO.

Tendo em vista que os PPC dos cursos da UNIVERSO e da CEUCLAR não se encontravam disponíveis e mesmo após solicitação formal não fomos atendidos, procedemos a consulta das informações e documentos oficiais disponíveis nos sites das instituições, tais como ementário e matriz curricular. Na nossa análise, foi possível observar que os cursos apresentam características diferentes entre si, como carga horária e o número de disciplinas. Ao compará-

los com o BibEAD, percebemos que o mesmo propõe uma divisão em disciplinas a partir dos eixos temáticos, possui uma maior carga horária e maior número de disciplinas.

No segundo momento, investigamos a utilização de aportes midiáticos típicos da EAD no ensino presencial e constatou-se que poucos são os professores que realizam intervenções tecnológicas ou utilizam recursos de TICs no ensino presencial. Acreditamos que esta pouca utilização não é resultado de uma escolha ideológica, haja vista, que a maior parte dos professores acreditam que tal mediação auxilia no aprendizado, mas provavelmente da pouca infraestrutura disponível nas universidades públicas.

Desta forma, sugerimos que investimentos precisam ser realizados pelos órgãos oficiais de ensino e estimulamos que os docentes ampliem o desenvolvimento de uma prática pedagógica reflexiva com o uso de alguma da TIC disponível. Nosso intuito ao fazer tal indicação é proporcionar situações de ensino e aprendizagem mediadas por diferentes ferramentas tecnológicas e que permitam o aluno atuar mais ativamente no processo de construção de seu aprendizado.

No tocante a expectativa com a implantação do curso de biblioteconomia a distância, percebemos que tanto discentes quanto docentes se mostram receptivos com a oferta do curso, acreditam em sua potencialidade e que o mesmo poderá trazer benefícios a área. No entanto, nos preocupa o fato da maior parte dos docentes afirmar que ainda não fez treinamento para atuar em cursos desta modalidade, haja vista que acreditamos que a atuação neste campo requer habilidades e competências diferentes do ensino presencial.

Após respondermos todos os objetivos específicos, concluímos que a expectativa da população é positiva, apesar do momento difícil que a educação no Brasil se encontra. Constatamos que o BibEAD tem uma boa proposta, mas que para o sucesso do mesmo, os docentes e discentes precisam estar preparados, dispostos a efetuar suas atividades com qualidade, distanciar-se dos estigmas entorno da sigla EAD e sobretudo querer avançar no ensino de biblioteconomia na modalidade.

As limitações dos resultados obtidos nesse trabalho estão principalmente relacionadas ao pequeno percentual de taxa de respostas da amostra que foi alvo de investigação e, assim, aponta a necessidade de ampliar a pesquisa de campo a um número maior de discentes e docentes, bem como corrigir alguns pontos abordados no questionário. Entretanto, os resultados já levantados apresentam significação e sugerem desdobramentos, inclusive para uma pesquisa de nível nacional.

Enquanto futura bibliotecária desejo que o curso BibEAD seja um sucesso, que os envolvidos ofereçam seus esforços visando os melhores rumos e que a Biblioteconomia transforme tantas vidas como transformou a minha.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista da Associação Brasileira de Educação a Distância**, Rio de Janeiro, v.10, p. 84-96, 2011. Disponível em: < <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/235/113> >. Acesso em: 20 jun. 2018.

ARRUDA, Eucídio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação a distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 321-338, jul./set. 2015. Disponível: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010246982015000300321&lng=en&tlng=en >. Acesso em: 20 jun. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: Referências. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2013.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm >. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2017.

_____. Ministério da Educação. Decreto 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**,

Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jun. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v.134, n.248, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Lei n 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 12.244, 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 mai. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. °4.059, de 13 de dezembro de 2004. Estabelece critérios para oferta de disciplinas integrantes de grades curriculares, em cursos presenciais, de forma semipresencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 4.361, de 29 de dezembro de 2004. Estabelece procedimentos para credenciamento e recredenciamento de instituições para cursos de graduação a distância. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2004. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/port_4361.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. Resolução CD/FNDE Nº 26, de 5 de junho de 2009. Estabelece orientações e diretrizes para pagamento das bolsas do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jun. 2009.

_____. Ministério da Educação. **Sistema e-MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Aceso em: 25 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Projeto Pedagógico do curso bacharelado em biblioteconomia na modalidade a distância**. Brasília, DF, 2017. 56 p. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/GraduacaoBiblioteconomiaEAD_ProjetoPedagogico.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília, DF, 2007. 31 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CASTRO, César Augusto. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lígia. **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 25-48.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO. **Biblioteconomia**. Disponível em: <<https://claretiano.edu.br/graduacao/biblioteconomia>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CHAER, G; DINIZ, R; RIBEIRO, E. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Gravataí, vol. 7, n.7, p.251-266, 2011. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/201/187>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

CHAVES, E. **Ensino a distância: conceitos básicos**. Campinas: [s.n.], 1999.

DIAS, A.C. **O ensino da biblioteconomia no Brasil**. Rio de Janeiro: IPASE, 1955.

FURQUIM, Alexandra Silva dos Santos. **A tutoria na educação a distância: um estudo sobre o papel de tutores à distância**. [S.I.: s.n.], 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARAES, J. A. C. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. . In: VALENTIM, Marta Pomin. (org.) **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. P. 53- 70

KAPA, Raphael. Censo da Educação Superior: ensino a distância ajuda a manter taxa de novos alunos na rede privada. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 ago, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/centro-da-educacao-superior-ensino-distancia-ajuda-manter-taxa-de-novos-alunos-na-rede-privada-21767703>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

LEITE, Lígia Silva. A internet e a prática educativa: ferramenta apenas de EAD? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 9.,2002, São Paulo. **Anais...**São Paulo: ABED, 2002. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2002/trabalhos/texto58.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

LEMGRUBER, Márcio Silveira. Educação a distância: para além dos caixas eletrônicos. Rio de Janeiro: **Revista do SINPRO**, [S.l.], v. 02, p. 42-49, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/marcio_lemgruber.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

MAIA, C.; J. MATTAR. **ABC da EaD: a Educação a Distância hoje**. 1. ed. São Paulo: Pearson. 2007.

MANGAN, P. K. V.; ORTH, M.; DIAS, M. L. Estratégias institucionais para a implementação dos 20% de EAD dos cursos de graduação a distância. **Revista Digital da CVA-RICESU**, [S.l.], v. 7, n. 26, 1-15, 2011. Disponível em:<<http://pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/view/184>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica, elaboração, análise e interpretação de dados**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MORAN, José Manuel. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias. **Informática na educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 3, n.1, p.137-144, set. 2006.

_____. Novos desafios na educação: a internet na educação presencial e virtual. In: PORTO, T. M. **Saberes e linguagens de educação e comunicação**. Pelotas: UFPEL,2001.

_____. **O que é educação a distância**. Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_online/dist.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

MORO, Eliane L. da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Educação a distância, novas ferramentas e biblioteconomia. **Bibliotecon. & Comum.**, Porto Alegre, v.8, p.117-124, jan./dez. 2000.

MUGNOL, M. A Educação a distância no Brasil: conceitos e fundamentos. **Diálogo Educacional**, Paraná, v. 9, n. 27, p. 335-349, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1891/189117298008/>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

NASCIMENTO, J. P. R. D.; VIEIRA, M. D. G. Os desafios da institucionalização do ensino superior na modalidade a distância: a visão dos gestores de uma universidade federal. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l], v. 24, n.91, p. 308-336, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362016000200308&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 21 jun. 2018.

NASCIMENTO, Maria Vanessa do; MARTINS, Gracy Kelli. A trajetória das escolas de biblioteconomia no Brasil. **Rebecin**, [S.l], v.4, n. esp., p.37-54, 2017. Disponível em: <<http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/90/pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

PAULA, Alessandra de; HAIDUKE, Ivonete Ferreira; SELEME, Robson. A implantação da portaria n. 4059 e a visão dos acadêmicos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA, 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Governo do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/324.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PEREIRA, Eva Wairos, MORAES, Raquel Almeida. História da educação a distância e os desafios na formação de professores no Brasil. In.: SOUZA, Amaralina Miranda (Org). **Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

PORTAL CAPES. **Polos UAB**. Disponível em:<www.capes.gov.br/uab/polos-uab>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PRETI, O. **A Universidade Aberta do Brasil: uma política de estado para o ensino superior “a distância”**. Cuiabá, 2007. Disponível em: <http://200.129.241.72/publicacao/download/UAB_politica_de_Estado.pdf>. Acesso em: 24 jun 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRUDENCIO, Dayanne da Silva. **Diretrizes curriculares nacionais e a construção de propostas curriculares inovadoras: um estudo de cotejamento dos projetos políticos pedagógicos da UNIRIO e UFMG**. Niterói, 2015. 150 p. Dissertação (Mestrado em Ciência

da Informação) – Universidade federal fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/2904>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

REIS, Juliani Menezes dos; TAMAGNO, Vilmar; BACKES, Luciana. O Ensino de biblioteconomia no Brasil: Lei 12.444/2010 e a oferta de cursos na modalidade EAD. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande do Sul, v. 29, n.1, 2015.

RICARDO, Jaison Sfogia. **O impacto da nova regulamentação da EAD para as instituições de educação superior**. [S.l.;s.n], 2017.

ROZADOS, Helen Beatriz Frota; BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Graduação a distância em biblioteconomia: a parceria do CFB com a UAB. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. especial, p. 447-464, 2015.

RUSSO, Mariza. Inovação no Ensino da Biblioteconomia no Brasil: implantação do Bacharelado na Modalidade de Educação a Distância. **Informação & Sociedade**, Paraíba, v. 26, n. 1, 2016.

SANTOS, Jussara Pereira. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, n. 6, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/17/5035>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

SCHLOSSER, R. L. A atuação dos tutores nos cursos de educação a distância. **Colabor@**, Curitiba, v. 6, n. 22, fev. 2010. Disponível em: Acesso em: 9 fev. 2015.

SILVA, F. R.; CAMPOS, V. C. O ensino a distância ao longo das gerações EAD. **Revista Compartilhando Saberes**, Paraíba, n. 4, p. 127-35, 2016.

SOUZA, F.C de. Cursos de Biblioteconomia no Brasil: século XX. In: _____. **O ensino de Biblioteconomia no Brasil: século XX**. Florianópolis: EdUFSC, 2009.

TORRES, Patricia Lupion. **Gerações da EAD no Brasil e as TICs**. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1537/3/Gera%C3%A7%C3%B5es%20da%20EaD%20no%20Brasil%20e%20as%20TICs.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA. **Curso de Biblioteconomia**. Disponível em: <http://online.universo.edu.br/polos/biblioteconomia/>. Acesso em: 10 jan. 2016.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: ATLAS, 2013.

WENGZYNSKI, D. C.; TOZETTO, S. S. A formação continuada face as suas contribuições para a docência. In: ANPED SUL, 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/2107>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DOS DISCENTES

01. Universidade?

- UFF
- UFRJ
- UNIRIO

02. Turno?

- Matutino
- Vespertino
- Noturno
- Integral

03. Mora próximo da universidade?

- Sim
- Não

04. Quanto tempo leva na locomoção até a universidade?

- Aproximadamente 30 minutos
- Aproximadamente 1 hora
- Aproximadamente 1 hora e 30 minutos
- Mais de 2 horas

05. Qual a sua ocupação?

- Apenas estuda
- Estuda e estagia
- Estuda e trabalha

06. Com qual frequência utiliza a internet?

- Diariamente
- Várias vezes na semana
- Várias vezes no mês
- Mensalmente
- Quase nunca

07. Como você classifica o seu conhecimento de informática?

- Excelente
- Muito bom
- Bom
- Razoável
- Ruim

08. Dentre os ambientes virtuais apresentados abaixo, qual você conhece?

- Moodle
 - Google classroom
 - Teleduc
 - Blackboard
 - WebAula
 - Canvas LMS
 - Nenhuma das opções acima
 - Outros: _____
09. Qual dos recursos midiáticos abaixo você já utilizou em sua graduação em Biblioteconomia?
- Data - Show
 - Filmes ou Documentários
 - Videoconferência
 - Videoaula
 - Nunca utilizei
 - Outros: _____
10. Você já fez algum curso a distância (EAD)?
- Sim
 - Não
11. Caso tenha respondido sim à questão anterior, indique qual.
12. O seu nível de satisfação com o curso presencial de bacharelado de Biblioteconomia é:
A escala numérica representa:
- 1) Totalmente insatisfeito ;
 - 2) Parcialmente insatisfeito;
 - 3) Não satisfeito nem insatisfeito;
 - 4) Satisfeito parcialmente;
 - 5) Totalmente satisfeito.
13. Em sua opinião, alguma disciplina do seu curso deveria ser ofertada a distância a partir da utilização de ambientes virtuais de aprendizado?
- Sim
 - Não
14. Caso tenha respondido sim à questão anterior, qual disciplina?
15. Se na época que prestou vestibular sua universidade oferecesse a opção do curso de Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade a distância, você o escolheria em detrimento do curso presencial?

- Sim
 - Não
 - Talvez
16. Você tem conhecimento do projeto de desenvolvimento do curso de bacharelado de biblioteconomia na modalidade a distância oferecido pelas Universidades Federais (BibEAD)?
- Sim
 - Não
 - Parcialmente
17. Qual seu grau de concordância com o oferecimento do Curso de Biblioteconomia a distância (BibEAD)? A escala numérica representa:
- 1)Discordo totalmente;
 - 2)Discordo parcialmente;
 - 3) Não concordo nem discordo;
 - 4) Concordo parcialmente;
 - 5) Concordo totalmente.
18. Em sua opinião, a universidade em que estuda deveria ofertar o curso?
- Sim
 - Não
19. Se você escolhesse fazer o curso de Biblioteconomia na modalidade a distância, qual seria a principal justificativa?
- Falta de tempo para frequentar diariamente um curso
 - Distância da universidade
 - Acho que um curso a distância é mais fácil que o curso presencial
 - Vergonha de frequentar o curso junto com pessoas mais jovens
 - Considero o curso na modalidade EAD melhor que o curso presencial
 - Não escolheria
 - Outros: _____
20. Caso tenha indicado outro motivo na questão anterior, justifique:
21. Na sua visão, quais os benefícios que o curso de bacharelado em Biblioteconomia na modalidade de educação a distância (BibEAD) oferecerá ao país?
- Possibilidade de formação de mais bibliotecários no Brasil
 - Popularização do curso
 - Melhores perspectivas de atuação do bibliotecário
 - Popularização do bibliotecário
 - Todas as alternativas
 - Não trará benefícios

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DOS DOCENTES

01. Atua em qual universidade?
- UFF
 - UFRJ
 - UNIRIO
02. Considera que a mediação tecnológica propicia benefícios à aprendizagem dos alunos?
A escala abaixo representa:
- 1)Discordo totalmente;
 - 2) Discordo parcialmente;
 - 3) Não concordo nem discordo;
 - 4) Concordo parcialmente
 - 5) Concordo totalmente.
03. Você já fez algum curso de capacitação na modalidade a distância (EAD)?
- Sim
 - Não
04. Caso já tenha feito algum curso de capacitação na modalidade EAD, no campo da Biblioteconomia, qual foi a área de concentração? Pode marcar mais de uma opção.
- Serviço de referência
 - Formação e desenvolvimento de coleções
 - Representação descritiva
 - Representação temática
 - Fontes de informação
 - Marketing para unidades de informação
 - Softwares de gestão de acervo/biblioteca
 - Especialização sobre atuação em algum setor, exemplo: Biblioteca Jurídica
 - Não se aplica
 - Outro: _____
05. Caso tenha realizado algum treinamento para atuar em cursos de EAD, qual foi o tipo?
- Tutoria
 - Desenvolvimento de material didático
 - Desenvolvimento de recursos audiovisuais (fóruns, web conferências) em ambiente virtual de aprendizagem
 - Qualificação sobre algum ambiente virtual de aprendizado, exemplo: moodle
 - Não se aplica
06. No curso presencial em que atua você é responsável por qual (is) disciplina(s)?

07. Tem conhecimento da Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 expedida pelo MEC que declara que as instituições de Ensino Superior no Brasil poderão oferecer até 20% de suas disciplinas na forma de cursos não presenciais?
- Sim
 - Não
08. Tendo em vista o disposto na portaria acima mencionada, considera adequada a oferta de 20% de sua disciplina na modalidade a distância?
- Sim
 - Não
 - Não, penso que poderia ser semipresencial.
09. Qual seu grau de concordância com a oferta do Curso de Biblioteconomia a distância (BibEAD)? A escala representa:
- 1)Discordo totalmente;
 - 2) Discordo parcialmente;
 - 3) Não concordo nem discordo;
 - 4) Concordo parcialmente
 - 5) Concordo totalmente.
10. Caso seja contra a oferta do curso BibEAD, em que aspecto centra-se sua discordância?
- Missão do Curso
 - Carga horária
 - Número de vagas
 - Forma de ingresso
 - Perfil esperado para o egresso
 - Indicação das competências técnico-científicas, gerenciais e sociais e políticas
 - Habilidades anunciadas
 - Diretrizes para estágio supervisionado
 - Diretrizes de trabalho de conclusão de curso
 - Diretrizes para atividades complementares
 - Ementário das disciplinas
 - Sou contra a EAD no Brasil
 - Todas as alternativas acima
 - Considero o crescimento da EAD uma ameaça ao ensino presencial e a figura da universidade pública, gratuita e de qualidade
 - Nenhuma das alternativas acima
 - Outros
11. Em sua opinião, a universidade em que atua deveria ofertar o curso?
- Sim
 - Não

12. Caso venha a atuar no curso de bacharelado de biblioteconomia na modalidade a distância em que posição gostaria de atuar?
- Docente responsável pela coordenação do curso
 - Docente responsável pela coordenação dos tutores
 - Docente responsável por disciplina
 - Tutor
 - Conteudista
13. Quais os fatores críticos para o sucesso do projeto BibEaD?
- Interação entre alunos e professores
 - Qualidade dos conteúdos
 - Apoio no processo de tutoria
 - Esforço do aluno
14. Quais os benefícios que o curso de bacharelado de biblioteconomia na modalidade de educação a distância (BibEaD) oferecerá ao País?
- Possibilidade de formação de mais bibliotecários no Brasil
 - Popularização do curso
 - Melhores perspectivas de atuação do bibliotecário
 - Popularização do bibliotecário
 - Não trará benefícios